

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

DORALICE NASCIMENTO DE SOUZA

**A ELETRIFICAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO AMAPÁ: UM ESTUDO
DE CASO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NO PERÍODO DE 2007 A 2014.**

SÃO PAULO/SP

2019

DORALICE NASCIMENTO DE SOUZA

**A ELETRIFICAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO AMAPÁ: UM ESTUDO
DE CASO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NO PERÍODO DE 2007 A 2014.**

Dissertação apresentado ao curso Maestria Estado, Governo y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magister em Estado, Governo y Políticas Públicas.

Orientador: Marcelo Prado Ferrari Manzano

SÃO PAULO/SP

2019

Ficha Catalográfica

SOUZA, Doralice Nascimento.

A Eletrificação e os Assentamentos Rurais no Amapá: Um Estudo de caso do Programa Luz Para Todos no período de 2007 a 2014.

102.p

Dissertação (Maestria em Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2019.

Orientador: Doutor Marcelo Manzano

Doralice Nascimento de Souza

A ELETRIFICAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO AMAPÁ: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NO PERÍODO DE 2007 A 2014.

Dissertação apresentada ao curso Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovado em: 07 de novembro de 2019.

Professor Doutor Marcelo Prado Ferrari Manzano
FLACSO Brasil/FPA

Professor Doutor Raul da Silva Ventura Neto
Universidade Federal do Pará/UFPA

Professor Doutor Manoel Osvanil Bezerra Bacelar
Universidade Federal do Amapá/ UNIFAP

Professora Mestre Júlia Tibiriçá
FLACSO Brasil/FPA

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe (in memoriam), uma mulher guerreira que nos incentivou a buscar o melhor de nós e que sempre nos falava para nunca desisti de estudar e que é através do estudo que adquirimos conhecimento.

Ao meu pai e irmãos.

Ao meu marido Joel Banha que já foi Diretor Técnico e Diretor Presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá em 1996 a 2002, pelo grande apoio na colaboração desse trabalho e amizade nesta grande caminhada.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus.

Ao meu partido político PT, através da Fundação Perseu Abramo e Flacso Brasil pela oportunidade em poder fazer este mestrado.

Aos professores/as do corpo docente da FLACSO e FPA do qual contribuíram imensamente com minha formação acadêmica.

Aos amigos, técnicos das concessionárias de energia e colaboradores que ajudaram com materiais e informações importantes para a conclusão e finalização deste trabalho.

Aos moradores do Assentamento Vida Nova, no município de Tartarugalzinho, que nos receberam e nos prestaram todo o apoio para o desenvolvimento da pesquisa.

A Claudia Souza e Catilene Coutinho pela ajuda na coleta de dados do trabalho de campo.

Aos meus colegas de Mestrado da Turma 5, oriundos das diversas regiões do país do qual tive a oportunidade de conviver e aprender com as experiências de cada um.

Ao Professor Marcelo Manzano pela paciência e pela orientação.

A todos meus agradecimentos.

Epigrafe

“Existem apenas duas classes sociais, a dos que não comem e a dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem”.

Milton Santos

“Os que comem bem, dormem bem e tem boas casas acham que o Governo gasta muito em políticas sociais.”

Pepe Mujica

“A desigualdade dos direitos é a primeira condição para que haja direitos”.

Friedrich Nietzsche.

“Chorei, sorri, rezei, quase não acreditei quando liguei o interruptor e vi a lâmpada acender”.

Florêncio Mariano – Assentamento Nova vida

RESUMO

Essa pesquisa ora apresentada teve como objetivo analisar a Eletrificação rural, fazendo um estudo de caso sobre as contribuições do Programa Luz para Todos no período de 2007 a 2014 no assentamento rural Nova Vida no município de Tartarugalzinho no Amapá. Nosso recorte espacial foi escolhido devido ao fato de o assentamento rural ser o primeiro a receber os investimentos do Programa no estado, promovendo transformações na configuração sócio espacial do local. Procurou-se examinar as relações entre eletrificação, geração de renda, redução da pobreza e aumento das atividades produtivas, dentre outras questões. Ou seja, o objetivo da pesquisa foi identificar, analisar e entender os efeitos dessa política de desenvolvimento de infraestrutura e apreender qual o impacto socioeconômico dessa política pública na vida dos atores beneficiados pelo Programa Luz para Todos nos assentamentos rurais do Estado do Amapá. Ao final concluímos que no período em questão houve de fato uma estreita relação entre acesso à energia e a diminuição da pobreza.

Palavras-chave: Eletrificação Rural; Assentamentos Rurais; Programa Luz Para Todos

SUMMARY

The present research had the objective of analyzing the Electrification and Rural Settlements in Amapá, making one study in case of the Program Light for all 2007 to 2014 at the rural settlement new life in the municipality in Tartarugalzinho. Our snip space was chosen due to fact of the rural settlement be the first to receive investments of the the Program Light for all in the state of Amapá, promoting transformations in the socio-satial configuration of the place. We sought examine the relations in between electrification generation of income, reduction of poverty, increase of activities productive. The goal gives search was identify analyze and read the effects this of the implementation of Program Light for all in development of infrastructure and understand the impact socioeconomic in the lives of the actors benefited by the program Light for all and all the All in the rural settlements of the State of Amapá. To the last it was possible to conclude wath at the period in question there was a intrinsic relation between access to energy and poverty reduction.

Keywords: Rural Electrification; Rural Settlements; Light for Everyone Program

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	11
<i>1. BRASIL E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA</i>	17
1.1. Formação e desenvolvimento brasileiro	18
1.1.1 Efeitos do desenvolvimento capitalista excludente sobre a sociedade brasileira....	22
1.1.2. O desenvolvimento recente	23
1.2. A Amazônia brasileira: integração da infraestrutura física	24
<i>2. A ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BRASIL E O PROGRAMA LUZ PARA TODOS</i>	30
2.1 A origem do processo de eletrificação rural.....	30
2.2 A eletrificação rural na Amazônia e programa luz para todos	32
2.3 Fatores que condicionaram a implementação do programa luz para todos no estado do Amapá	44
2.3.1 Caracterização do estado do Amapá.....	44
2.3.2 Reduzida cobertura no atendimento de energia elétrica as comunidades rurais	46
2.3.3 Entraves no processo de implementação do programa luz para todos no estado do Amapá no período de 2007 a 2014.....	47
<i>3. A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA</i>	50
3.1 A reforma agrária na Amazônia	50
3.2 O programa luz para todos e a reforma agrária no Amapá no contexto da Amazônia ..	57
3.3 Realidade socioeconômica dos assentamentos rurais do Amapá	59
3.4 Os efeitos socioeconômicos do programa luz para todos no assentamento Nova vida e como essa política pública influenciou no desempenho da região.....	61
<i>4. CONCLUSÕES</i>	68
<i>5. REFERÊNCIAS</i>	71
<i>6. ANEXOS</i>	76

INTRODUÇÃO

O que motivou a realização dessa pesquisa foi poder demonstrar o quanto O Programa Luz para Todos, por sua concepção inovadora e seus resultados alcançados, contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários que moram nos assentamentos rurais do Estado do Amapá. Com a pesquisa e avaliação de seus diferentes impactos, foi possível apurar e analisar a efetividade do programa e sua relevância enquanto exemplo de política pública.

A participação no curso de mestrado *Estado, Governo e Políticas Públicas* foi uma excelente oportunidade para desenvolver esses estudos que, além de atender a uma preferência pessoal, permitiu-me também contribuir para um melhor e mais aprofundado conhecimento do PLpT na região amazônica, assim como poder ajudar na intervenção de futuros projetos de desenvolvimento para o estado do Amapá, em especial no que diz respeito às dificuldades muito particulares que envolvem a realidade no meio rural do Estado. Assim, pretendeu-se apresentar um diagnóstico detalhado do território, articulando-o a um conjunto de informações que caracterizam o assentamento, para então construir a hipótese sobre a qual se assentou a pesquisa, qual seja, de que a execução do Programa Luz para Todos no assentamento de Nova Vida, no município de Tartarugalzinho, trouxe avanços consideráveis em termos sociais e econômicos para o conjunto da comunidade que a habita.

A energia elétrica é um insumo indispensável à vida contemporânea, tanto em termos de desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, quanto para a melhoria da qualidade de vida das famílias e indivíduos que nela convivem. Apesar disso, o acesso a esse bem público ainda não é universal e sua generalização continua sendo um grande desafio mundial, visto que ainda hoje existem milhões de lares, seja na área urbana e principalmente nas áreas rurais, que não contam com oferta de energia elétrica regular e contínua.

Os esforços para alcançar esse desafio remontam ao campo das disputas travadas no interior do sistema político e da sociedade, onde os agentes públicos se deparam com um amplo conjunto de carências e demandas não atendidas que ainda cercam a vida da maioria da população brasileira. Assim, em primeira instância o processo de formulação de políticas

públicas¹ deve se originar nas relações, ao mesmo tempo conflituosas e produtivas, entre governos e cidadãos, os quais deverão elencar as políticas prioritárias, legitimadas pelo embate democrático que decorre da convergência de ações políticas protagonizadas por distintos grupos de interesses que compõem a sociedade e que ao final deverão resultar na provisão dos bens públicos de qualidade.

Portanto, dito noutros termos, é necessariamente por meio do Estado que se constroem as soluções para promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais e, nesse sentido, as políticas públicas constituem importante instrumento de ação governamental para responder às demandas que cercam a vida da grande maioria da população segundo seus diferentes territórios e de acordo com suas diferentes inserções sociais.

Contudo, as desigualdades que marcam a sociedade brasileira são ainda mais agudas no âmbito dos espaços rurais, marcados pela concentração das propriedades e da renda, por grandes desequilíbrios econômicos regionais e, por conseguinte, por altos índices de pobreza e desigualdades e pelas tensões que se expressam nos conflitos pela terra.

Posto isso, cabe assinalar que a oferta de bens e serviços públicos é não apenas indispensável à melhora dos padrões de vida das populações que habitam as zonas rurais, como sua ausência constitui também fator determinante dos seus respectivos níveis de desigualdade e de exclusão social. Além disso, a carência de infraestrutura pública de um modo geral, e da infraestrutura elétrica em particular, bloqueia sobremaneira as possibilidades de uma dinâmica de desenvolvimento que seja inclusivo e sustentável.

No que se refere especificamente à oferta de energia elétrica no meio rural, sua ausência impacta diretamente a vida das famílias e a dinâmica econômica local. Por exemplo, não se consegue preservar boa parte da produção agrícola, dificultando o acesso aos mercados que melhor remuneram os produtos, nem se podem acessar os meios de comunicação e de informação, o que compromete a aprendizagem, o conhecimento e que, em última instância torna menos viável o desenvolvimento de atividades econômicas. Além disso, na ausência de eletricidade não há como incorporar à vida das famílias e às atividades agrícolas uma gama de bens industriais que, por um lado garantem bem-estar, e, por outro lado, possibilitam a mecanização da produção e o aumento da produtividade agrícola.

¹ Política Pública: Segundo Maria das Graças Rua (1998), as políticas públicas são assim chamadas, não pelo seu conteúdo, mas pelo caráter impositivo. As políticas são públicas, e não privadas ou apenas coletivas, porque estão revestidas da autoridade soberana do Poder Público ou, porque emanam do Estado, único ente que detém o monopólio legítimo do uso da força para valer suas decisões e ações. Nessa concepção, o caráter público da política está umbilicalmente ligado à existência de uma decisão governamental, mesmo que atores privados participem da sua formulação e implementação ou promovam ações de interesse público.

O Censo Demográfico de 2000² detectou que havia no Brasil milhões de pessoas sem acesso à energia elétrica, sendo que uma grande parte desse contingente estava situada nas áreas rurais. Até então, os investimentos em infraestrutura elétrica nessas áreas remotas das diversas regiões do país não eram prioritários, pois não havia atratividade econômica para inversões das distribuidoras de energia elétrica. O alto custo dos investimentos nestas áreas – longínquas e de difícil acesso – associado à baixa densidade do consumo reduziam drasticamente sua atratividade econômica, quando muito atendidas pontualmente com serviços de alto valor tarifário.

Principalmente depois do período de liberalização econômica que marcou os governos de Collor e FHC (1990 – 2002), percebe-se que as estratégias adotadas pelas concessionárias estaduais eram prioritariamente centradas em projetos comerciais e industriais, os quais asseguravam retornos financeiros, enquanto os projetos destinados ao consumo residencial foram deixados em segundo plano, notadamente aqueles destinados às residências da população de baixa renda das áreas rurais.

No caso da região Norte do Brasil, esse quadro de debilidade da oferta de energia elétrica é historicamente ainda mais agudas dadas as particularidades geográficas e ambientais que caracterizam a chamada Amazônia Legal³. O isolamento, a dispersão territorial dos núcleos populacionais, as grandes dificuldades de acesso e as especificidades climáticas da região constituem fatores limitadores que de forma inequívoca dificultam a extensão da rede de oferta de energia elétrica, razão pela qual várias comunidades da Amazônia ainda dependem de geradores de energia alimentados por combustíveis fósseis para suprir suas necessidades mais emergenciais. De acordo com o Censo do IBGE/2000, uma parcela significativa da população brasileira ainda vivia sem acesso à eletricidade e a maior parte dela se encontrava nas áreas rurais nas regiões norte e nordeste do país. Àquela altura, somente 45% dos domicílios da zona rural da Amazônia Legal tinham acesso à energia elétrica.

Diante desse quadro, no ano de 2003 o governo federal criou o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos (PLpT).

² Censo Demográfico: o censo demográfico realizado no ano 2000 revelou uma grande parcela da população ainda sem acesso à energia elétrica. Segundo os dados do censo, em 2000 cerca de três milhões de domicílios não tinham acesso à rede de transmissão elétrica, estando localizada a maioria dessas unidades domiciliares em áreas rurais do norte e do nordeste do país. Avaliando esses dados, percebeu-se, ainda, que muitas das áreas com os menores índices de cobertura elétrica possuíam também baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicando que de fato havia alguma correlação entre a ausência do serviço de energia e os resultados econômicos e sociais das regiões. (ZIMMERMANN, 2016).

³ Composta por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Em linhas gerais, o PLpT tinha como meta acabar com a exclusão de energia e interligar domicílios ao sistema elétrico - sem custos para os beneficiários - para cerca de dois milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. Entretanto, no decorrer da execução do programa, foi identificada uma quantidade de domicílios superior ao que havia sido estimado originalmente, o que obrigou sucessivos aditamentos dos contratos do programa. De tal maneira, para dar conta da ampliação do número de domicílios beneficiados, o prazo de execução do programa também foi dilatado, primeiramente para 2011, depois para 2018 e agora até o ano de 2022.

Criado na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o programa Luz para Todos foi planejado com objetivo de incluir milhares de famílias que viviam abaixo da linha de pobreza e que possuíam renda inferior a (três) salários-mínimos, conforme o Ministério de Desenvolvimento Social-MDS (2004).

Além disso, para ser contemplada no Programa, a família tinha que estar obrigatoriamente inscrita no Cadastro Único dos Programas Sociais do MDS, assim como, do Programa Territórios da Cidadania e Minorias Sociais do Governo Federal. Naquele primeiro momento, para ter acesso a serviços públicos e a Tarifa Social de Energia, era necessário possuir renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo.

De tal maneira, o PLpT representou um avanço importante nas políticas públicas de inclusão produtiva com infraestrutura de eletrificação, especialmente na integração dos programas sociais do governo federal, assim como, parcerias com estados e municípios que organizaram várias outras iniciativas, definindo estratégias diferenciadas para o campo e a cidade.

Posto isso, a pertinência de nossa investigação se justifica em razão de que, ao examinarmos as dissertações de mestrado e as teses defendidas em diversas instituições do país referentes ao PLpT, observamos que são escassos os trabalhos que avaliam os efeitos socioeconômicos dessa política em núcleos de assentamento rurais. Além disso, tivemos ainda, como objetivo secundário, identificar os fatores e obstáculos enfrentados para a implementação do programa nos assentamentos rurais do Estado do Amapá, e qual o impacto de fato dessa política pública na vida das pessoas beneficiados pelo programa.

Sendo assim, a pergunta que norteou esta dissertação foi: em que medida o Programa Luz para Todos implantado nas comunidades rurais do Estado do Amapá mudou de fato a vida das famílias beneficiadas?

Para responder a essa indagação, o presente estudo lançou mão de uma pesquisa qualitativa junto a moradores do assentamento Nova Vida do município de Tartarugalzinho, o

qual foi o primeiro no estado do Amapá a ser beneficiário do PLpT, servindo como referência para avaliar seus efeitos socioeconômicos, partindo do pressuposto que no período em questão, houve estreita relação entre o acesso da energia e a diminuição da pobreza, devido à disponibilização da eletrificação no assentamento rural.

De maneira mais geral, com a finalidade de embasar a presente pesquisa nos marcos do desenvolvimento econômico brasileiro e também apresentar um conjunto de informações pertinentes sobre a região amazônica, o texto está estruturado em três capítulos, além dessa introdução.

No primeiro capítulo apresenta-se uma primeira abordagem teórica a respeito do processo de formação e transformação da economia brasileira do qual ocorreu mudanças no modelo de produção agrário-exportador para o industrial, e as contradições decorrentes dos efeitos da dinâmica de desenvolvimento capitalista que afetou a vida da população brasileira, com a implantação de grandes projetos de integração regional de infraestrutura para a Amazônia. No segundo capítulo, aborda-se a problemática da eletrificação rural no Brasil e na Amazônia, descrevendo os principais aspectos da Política Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, assim como os condicionantes e dificuldades para implementação do programa no estado do Amapá. Por fim, no terceiro capítulo, abordamos a política de assentamentos rurais na Amazônia, apresentando sua relação com a política de reforma agrária na região, a realidade socioeconômica dos assentamentos do meio rural do Amapá, e para estudo de Caso do PLpT no Assentamento Nova Vida no município de Tartarugalzinho.

O presente estudo pretendeu assim identificar os potenciais efeitos econômicos e sociais decorrentes da implantação do programa Luz para Todos nos assentamentos rurais do Estado do Amapá, bem como avaliar como mudaram a vida dos indivíduos que foram beneficiados pelo programa.

Para avaliar os efeitos socioeconômicos do programa Luz para Todos que gerou na vida dos beneficiários dos assentamentos rurais contemplados pelo programa, assim como, as dificuldades e fatores que condicionaram sua implementação, a pesquisa apoiou-se em material bibliográfico e documental, dados secundários obtidos por meio de fontes e estatísticas oficiais e também de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo que possibilitou a coleta e análise de dados primários.

Na pesquisa bibliográfica e documental foram pesquisadas as fontes existentes sobre o tema, através da coleta de informações nos órgãos governamentais do Ministério de Minas e Energia (MME), nas concessionárias de energia locais, no Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária-INCRA, assim como, teses, livros, legislação, artigos, relatórios, além de informações coletadas diretamente com servidores públicos responsáveis pela execução dos projetos, para ajudar na aferição e validação das informações.

Quanto à abordagem metodológica da pesquisa qualitativa, foram analisados os resultados de questionário aplicado pela própria pesquisadora junto às famílias dos beneficiados, limitadas àquelas que foram alcançadas pelo PLpT no período de 2007 a 2014, ao qual corresponderam a primeira e a segunda etapa do programa.

No Amapá, existem 53 assentamentos rurais de acordo com o Instituto e Colonização de Reforma Agrária (INCRA, 2019), com capacidade para contemplar um público de 18.652 famílias situadas em uma área total de 2.173.309 Km², distribuídos nos 16 municípios do estado. Desse universo, apenas 1.359 lotes são titulados. Em sua grande maioria, os assentamentos não dispõem de infraestrutura física e social adequada para atender as demandas básicas da população.

Conforme referido, a pesquisa de campo foi realizada em um desses assentamentos rurais, denominado Nova Vida, situado no município de Tartarugalzinho, por meio da aplicação de questionários junto aos moradores da área pesquisada para coletar informações mais aprofundadas sobre suas condições de vida. Neste empreendimento, foram adotadas técnicas de entrevistas específicas com o objetivo de estabelecer relações de confiança entre o pesquisador e o informante, de tal maneira fosse possível alargar o leque do levantamento, incorporando observações pessoais dos informantes que pudessem conferir maior profundidade à análise.

Além disso, para a realização da pesquisa de campo, a definição da amostragem foi feita por meio de escolha do tipo aleatório simples, com 10% da população da área pesquisada e os dados foram tratados com estatística descritiva. Por fim, depois de concluído o levantamento de campo, procedeu-se uma avaliação da consistência dos dados, a fim de verificar o grau de fidedignidade dos mesmos, para então proceder sua consolidação e análise.

1. BRASIL E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA

Buscando compreender a influência do Estado nacional na organização espacial da Amazônia, é necessário retornar às origens da etapa do processo histórico de ocupação da região, especialmente aquela que se desenvolveu a partir do esforço de descentralização industrial brasileira que derivou do processo de industrialização do país a partir da segunda metade do século XX. Não se trata de recontar aqui o passo a passo da história da industrialização do Brasil, mas antes interpretar os acontecimentos mais relevantes para compreender melhor a integração da infraestrutura física e outros serviços, que permitiram a ocupação da Amazônia, bem como os investimentos energéticos e tecnológicos implantados na região.

De acordo com Becker (1998), “o modo de produção imposto pela economia capitalista determina, em grande parte, os estilos de desenvolvimento nacionais e as estratégias regionais” (BECKER, 1998, p.11). Isto posto,

A fronteira amazônica só pode, portanto ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o Capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo. (BECKER, 1998, p.11).

De fato, em linha com a autora a, expansão do capitalismo mundial depois da Segunda Guerra Mundial, com a reconstrução da Europa e a dinamização promovida com o Plano Marshall, “os países capitalistas buscaram ampliar seus investimentos e para isso os países em desenvolvimento como o Brasil e a região Amazônia eram atraentes” (BECKER, 1998, p.11).

Becker (1998) lembra que um significativo devassamento ocorreu no final do século XIX e início do século XX como o ciclo da borracha, demandada pelas indústrias que surgiam nos EUA e na Europa durante a etapa de consolidação da IIª Revolução Industrial.

Dessa perspectiva, é importante destacar a distância à época da realidade brasileira, especialmente da região amazônica, com enorme escassez de infraestrutura e desafios socioeconômicos que pareciam quase intransponíveis para dar curso a um processo de desenvolvimento e modernização. Além disso, à herança de uma arraigada cultura colonial e de quatro séculos de predomínio de latifúndio escravocrata e atividades mercantis, veio se somar um incipiente processo de urbanização-industrial com escasso planejamento, quase

sempre comandada por governos que representavam de forma autoritária os interesses das oligarquias regionais.

1.1. Formação e desenvolvimento brasileiro

Dada a superioridade comercial e tecnológica dos europeus, a partir dos grandes descobrimentos e com a implantação do colonialismo na América, Ásia e África por parte das metrópoles europeias, os gêneros atrativos estimularam a ocupação dos trópicos americanos, “mais especificamente da América Portuguesa, tentando nesta relação econômica construir um sentido para a colonização” (PRADO Jr., 2011, p.16). Para tal fim, toda a estrutura econômica-social, montada nos trópicos visava o lucro mercantil, “através da produção e exportação de produtos tropicais, com contínua transferência de excedente econômico”, fazendo com que a concentração de capital se desse bem longe dos trópicos, enquanto internamente o modo escravista, onde índios e africanos foram utilizados como mão de obra.

É neste longo período de colonização que o autor Prado Jr. (2011 p.16) diz que o sentido dos colonizadores não era inicialmente transformar o território conquistado em uma nova sociedade, mais explorar as riquezas e transformá-las em uma vasta empresa comercial.

Dentro desse contexto, a abordagem historiográfica do autor, possibilita entender o passado da sociedade brasileira de forma sequencial e ininterrupta de acontecimentos, dando destaque ao descobrimento, a colonização da América Portuguesa e “ao caráter mercantilista da exploração colonial”, com a expansão europeia ultramarina, no séc. XV.

Nesse sentido, Prado Jr. enfatiza que:

No alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do continente, e volta-se para o oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial. (PRADO JR, 2011, p.16)

Posto isso, Furtado alega que:

Um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. (FURTADO, 187, p.9)

É a partir destas historiografias que podemos compreender e entender a estrutura econômica montada na América Portuguesa, e como contribuiu para a formação agrária brasileira e as particularidades do desenvolvimento do comércio, iniciada no século XV, assim como para que serviram as colônias de exploração.

Caio Prado (2011), dizia que “todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”. (PRADO JR., 2011, p. 19, grifo do autor). Para o autor:

Além da produção agrícola e da exploração mineral, o sentido da colonização era fornecer matéria prima para o mercado internacional. Desse modo, se formos, à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. (PRADO JR, 2011, p.29).

Ainda segundo Caio Prado, com tais elementos – o predomínio quase absoluto da produção agrícola latifundiária, a generalização da mão de obra escrava e o monopólio comercial da metrópole - a colônia brasileira se constituirá e não nascerá atrasada de forma temporal, mas sim, do processo excludente de industrialização.

Por sua vez, o modelo de administração colonial portuguesa trouxe consigo os próprios padrões culturais da metrópole, seu modelo de organização social, seus sistemas político e educacional, sua matriz ideológica e uma concepção ibérica de Estado burocrático.

Já a partir da reflexão de Celso Furtado, outros elementos são acrescentados à análise do processo de desenvolvimento econômico e social do país:

O progresso técnico, cuja propagação conformou o sistema Centro-Periferia, manifesta-se sob a forma de processos produtivos mais eficazes e também de novos produtos que são a face exterior da civilização industrial. Assim, a propagação de novas técnicas, inerente ao capitalismo, é antes de tudo a difusão de uma civilização que impõe às populações padrões de comportamento em permanente modificação. Trata-se da difusão de todo um sistema de valores que tende a universalizar-se. (FURTADO, 1992, P.07)

Para Furtado (1992), tais posições, impõem mudanças nas relações sociais capitalistas, onde se apropria e reproduz opressão e exploração, exerce sua influência de forma perversa, massificando a desigualdade social, a dependência externa, cultural (impõem seus padrões culturais) científicos, tecnológicos, produzindo enormes distorções, suscetível a todo tipo de manipulação, objetivando adaptar a consciência das pessoas à ideologia do opressor.

Pode-se dizer, portanto, nesta longa trajetória, passadas as fases da emancipação política, abolição da escravidão, e a proclamação da República, que ao longo do século XX a indústria brasileira se dinamizou, impulsionando a urbanização e o crescimento da população, que por sua vez trouxeram profundas mudanças na estrutura da sociedade brasileira. Por seu turno, o latifúndio também se modernizou, acompanhando as fases do capitalismo e a transição da economia primário-exportadora para industrial, apresentando elementos importantes, como a crescente maquinização e o crescente uso de fertilizantes, com impactos diretos sobre a produtividade e o mercado de trabalho do campo.

Face a esse conjunto de elementos, Brum (1995, p.85) afirma que sob a liderança de Getúlio Vargas, criaram-se as condições “para o início do processo de ruptura com o passado colonial” e a “decolagem do processo de industrialização do país” no tempo histórico do capitalismo mundial. Para isso, Getúlio Vargas prioriza e estimula a industrialização brasileira, baseada na empresa nacional. Para efetivar a industrialização, vultosos investimentos em infraestrutura (energia, transportes e comunicações) e na produção de insumos básicos (ferro e aço) são realizados.

A partir dos anos 1940 do século XX, várias empresas estatais foram criadas: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESP, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores, entre outras. Depois “de décadas de uma economia primária exportadora, marcada pela exportação de produtos tropicais, o Brasil ingressou na industrialização, via substitutiva de importações, modernizando aos poucos a sua estrutura produtiva”. (BRUM, 1995, p.86-87).

Ao longo desse processo, os distintos modos de produção promoveram mudanças significativas na divisão social do trabalho. Como aponta Pochmann (2013, p.193) com “a passagem da sociedade agrária para a sociedade urbana e industrial reduziu-se drasticamente a presença do trabalho agrícola e fortaleceu-se o trabalho urbano, especialmente o industrial”. De acordo com autor, a transição para a era industrial, trouxe novas tendências do desenvolvimento e da evolução do capitalismo, com novos padrões tecnológicos no modo de produzir.

Além disso, conforme a perspectiva de Brum (1995, p.87) a modernização das economias e das sociedades dependentes, induzida do exterior, alcança principalmente as camadas mais elitizadas que se tornam consumidores mais exigentes, demandando os produtos industrializados vindos do exterior, o que acaba impactando a demanda por bens importados, contribuindo para a evasão de capitais. Isto reduz o dinamismo interno da economia dos países subdesenvolvidos, retardando o seu processo de desenvolvimento.

Tendo em vista o exposto, Bastos (2012), diz que ao longo do período que se segue ao final da Segunda Guerra, o capital estrangeiro se expande pelo mundo e a industrialização no Brasil toma outro rumo. Sob o comando do capital transnacional, a chegada de empresas estrangeiras, notadamente nos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital, promove-se uma mudança no metabolismo do setor produtivo do país, com peso crescente das multinacionais em detrimento das empresas de capital nacional.

Brum diz que Juscelino Kubitschek substituiu o nacionalismo getulista pelo desenvolvimentismo:

O capital internacional vai assumir, progressivamente, o comando do processo de industrialização no Brasil”, controlando a indústria de bens duráveis “(veículos automotores, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, indústria química, equipamento elétrico pesado, dentre outros). (BRUM, 1995, p. 103).

Segundo o autor, “na ótica governamental desenvolvimentista, a colaboração do capital estrangeiro é fundamental para o desenvolvimento do país [...], se encontra numa posição de inferioridade, decorrente do seu subdesenvolvimento” (BRUM, 1995, p. 103).

Nesse contexto, no Plano de Metas⁴, implementado no governo de JK, os setores que tiveram “maior expansão foram a indústria automobilística, siderurgia, energia elétrica, construção e pavimentação de rodovias, estradas de ferro, além da construção de Brasília”. Além disso, foi no final do governo de JK, em 1960, que se criou o Ministério de Minas e Energia — MME (BRUM, 1995, p.101).

Ainda sobre o período JK, cabe ressaltar que se foi fundamental para viabilizar:

Uma rede de integração territorial capaz de garantir a circulação de mercadorias entre áreas rurais e os principais centros industrializados, além de criar novos mercados. A rede rodoviária Belém-Brasília, interligou por estrada de rodagem os estados de Goiás, Maranhão e Pará, inseriu a Amazônia no mercado brasileiro e forneceu uma nova alternativa para atenuar desequilíbrios regionais. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.416).

JK apresentou aos brasileiros o Plano de metas como o mais ambicioso projeto de modernização da história do país – e era mesmo. O gargalo, contudo, não estava na ambição do moderno, mas na estratégia adotada por Juscelino ao tentar implantar um projeto dessa magnitude sem alterar as bases de desigualdade política e social. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.423).

Não obstante, é importante destacar que o governo de Kubitschek, procurou “aliar numa interação convergente, a iniciativa privada-nacional e estrangeira com o Estado, para levar avante o seu projeto” (BRUM, 1995, p.103). Para tal fim, canaliza-se a maior parte dos

⁴ Planos de Metas definiu 31 objetivos com enfoque privilegiado em quatro pontos. Na primeira prioridade, o governo previa alocar investimentos para o setor de transportes, em especial o rodoviário, e incentivar a indústria automobilísticas – as outras três prioridades canalizavam recursos em energia, indústria pesada e alimentos (Schwarcz, Lília Moritz, 2015.)

investimentos públicos em infraestrutura (energia e transporte), principalmente no estado de São Paulo, onde se verificava a implantação de complexos industriais, e secundariamente no estado do Rio de Janeiro e no sul de Minas Gerais. Como resultado dessa política, houve forte concentração regional, acentuado o protagonismo econômico da região Sudeste. (BRUM, 1995, p.103).

1.1.1 Efeitos do desenvolvimento capitalista excludente sobre a sociedade brasileira

A partir do golpe de 1964 que derrubou o governo de João Goulart, as contradições e conflitos latentes do processo de desenvolvimento do país se explicitam e se intensificam revelando os marcos da polarização social que brotavam da estratégia da modernização conservadora. Nesse período o Brasil cresceu e se transformou, industrializou-se, com rápido crescimento populacional e acelerado processo de urbanização, mas trouxe consigo profundas contradições e patente fragilidade institucional. Além disso, observou-se um aumento da concentração de capital, da propriedade, da riqueza e da renda, com efeitos diretos sobre os níveis de desigualdade social e regional.

De acordo com Brum (1995, p.153) as forças que assumem o poder em abril de 1964, e nele se mantêm durante 21 anos, defendiam, no plano econômico, “[...]: criar e assegurar condições para o crescimento econômico acelerado, consolidar o sistema capitalista no país, aprofundar a integração da economia brasileira ao sistema capitalista internacional e, como coroamento, transformar o Brasil em potência mundial”, retirando o país da condição de subdesenvolvido e projetando-o como integrante do Primeiro Mundo.

Para Guimarães (2005), entretanto, o “subdesenvolvimento está estreitamente vinculado às desigualdades sociais extremas e à crônica vulnerabilidade externa, de natureza comercial e financeira, mas também política e militar”. (GUIMARÃES, 2005, p.26).

De fato, conforme esse autor “as contradições e relações de classe produziram novas concepções político — ideológicas nas relações entre sociedade e o Estado, havendo despolitização das massas dos excluídos”, assim como, supostos interesses estratégicos do Estado em manter o poder e sua dominação.

A partir daquele contexto, Carneiro (2007) enfatiza que a transição para a democracia a partir de início dos anos 1980 coincide com a etapa de reafirmação do capitalismo financeiro, sistema controlado por uma minoria de proprietários internacionalizados, concentrado nos grandes grupos econômicos, que passam a comandar a

economia mundial e que, portanto, colocam o Brasil em novo patamar de subordinação internacional que resulta na elevação dos juros nos mercados internacionais, nas crises dos Balanços de Pagamentos e no colapso das contas públicas dos países da periferia. No caso da América Latina, houve um grande estrangulamento externo que levou a um generalizado processo de estagnação de toda a região.

Segundo Carneiro:

Durante o regime de Bretton Woods há uma convergência acentuada entre as duas regiões no que tange às taxas de crescimento. Estas, além de elevadas demonstram, na América Latina, baixa volatilidade, em contraste com o Leste da Ásia, região na qual a China demonstrava maior instabilidade. No período da globalização a situação se modifica, pois aumenta o diferencial de crescimento em favor das duas sub-regiões asiáticas. Ao mesmo tempo, amplia-se a volatilidade do crescimento na América Latina e reduz-se nas demais regiões. (CARNEIRO, 2007, p.34):

Mirando já nas etapas seguintes, Sader (2013), aponta que o neoliberalismo que se inicia no Brasil a partir do final dos anos 1980 promoveu dois fenômenos centrais e negativos: “a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho”. Especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) observam-se transformações profundas no que diz respeito ao papel do Estado e sua relação com o mercado:

(...) o Estado regulador, protetor do mercado interno, indutor do crescimento econômico, que garantia os direitos sociais e promovia a soberania externa era um obstáculo frontal ao modelo neoliberal. Buscou desarticulá-lo, reduzindo-o ao Estado mínimo, a favor da centralidade do mercado. Desregulamentou a economia, abriu o mercado interno, promoveu a precarização das relações de trabalho, privatizou o patrimônio público a preços mínimos, submeteu a política externa as orientações dos Estados Unidos (SADER, 2013, p.137,138).

Para Sader (2013), o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu no Brasil um processo de financeirização, com *déficit* fiscal, sem impulso produtivo, gerando riqueza e valor sem passar pelo trabalho. Desse modo, alargou ainda mais a desigualdade social, endividando o setor público, tornando o Estado refém dos compromissos financeiros associados ao pagamento de juros e fazendo com que vários serviços essenciais à população fossem acessíveis apenas através do mercado.

Assim, o neoliberalismo piorou ainda mais a já insipiente e precária provisão de serviços públicos no país, renegando às últimas instâncias a universalização do acesso à eletricidade.

1.1.2. O desenvolvimento recente

Guimarães (2005) argumenta que em 2003, chegou à Presidência da República o operário e sindical de origem da periferia e na camada intermediária do sistema social, “Luís Inácio Lula da Silva, assumindo o controle de parte importante do centro-legal estatal da macroestrutura hegemônica do poder”, (GUIMARÃES, 2005, p.70).

Para o autor, foi um governo de exceção, pela ruptura que causou com o modelo neoliberal, ao priorizar a desconcentração produtiva nacional, priorizando o Estado como indutor do crescimento econômico no fortalecimento das economias regionais, assim como, na retomada dos investimentos públicos, no intercâmbio Sul-Sul, da distribuição de renda e enfrentamento da pobreza, no combate à miséria e da desigualdade, estabelecendo as bases de um novo ciclo de desenvolvimento de longo prazo, fundado em “um modelo de produção e consumo” de massa.

Guimarães avalia também, o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011–2014), que deu continuação à política de fortalecimento do Estado, gerando assim recursos nacionais, fortalecendo o mercado interno, garantindo a existência da soberania de uma política industrial, de ciência e tecnologia, bem como de proteção à cultura, educação e comunicação nacional.

Nesta direção, ao acionar o Estado os obstáculos a serem vencidos pela sociedade são grandes e entender o Estado, significa compreender questões que envolvem o passado do qual herdamos, um Estado patrimonialista, burocrático e gerencial, que acumulou uma grande dívida social, econômica, política e cultural com o povo brasileiro e do qual exerce dominação e controle social sobre a atividade política e estatal; distanciando ainda mais os excluídos dos direitos sociais. As desigualdades, a distribuição da renda nacional e a exclusão social como processos antigos no Brasil, colocaram à margem da cidadania (milhões) de pessoas, e que se perpetua de geração em geração.

Portanto, apesar de os avanços na área econômica do ponto de vista da distribuição regional das atividades industriais e dos serviços, o aparato produtivo estatal ainda não conseguiu resolver as disparidades e desigualdades socioespaciais existentes nas diferentes regiões do país, principalmente nas regiões norte e nordeste. Em particular, a região Norte, devido às disparidades inter-regionais por causa da concentração do desenvolvimento da indústria em algumas regiões do país e na insuficiência de recursos investidos em infraestrutura econômica, social e urbana para o desenvolvimento da região, principalmente em áreas longínquas que carecem de políticas públicas.

1.2. A Amazônia brasileira: integração da infraestrutura física

Com valor econômico e estratégico devido sua posição geográfica, biodiversidade, recursos minerais e uma das mais extensas redes hidrográficas do mundo, a Amazônia brasileira está localizada na porção norte do país, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso, Maranhão, com extensão territorial em torno de 5 milhões de quilômetros quadrados, corresponde a um terço das florestas tropicais do mundo.

Demograficamente com uma população de aproximadamente 33 milhões de pessoas de acordo como IBGE/2016 e com variados perfis sociais, índios, caboclos, migrantes, etc. Assim como, um imponente mosaico de conjuntos geomorfológicos compostos por diferentes paisagens e interligados, com áreas alagadas, os igapós; a mata de terra firme, planícies, várzeas, campos inundáveis, cerrados e matas de densidade variada, conforme figura 1.

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal



Fonte: Google, maps, domínio público, 2018

Posto isso, a Amazônia brasileira, passou a ser vista como espaço a ser ocupado para os interesses nacionais e as forças que assumem o poder em 1930 que tinham como objetivo implantar redes de integração espacial⁵ com os centros industrializados do país,

⁵ Trata-se de todos os tipos de rede; destacando-se quatro quanto ao investimento público. Primeiro, a rede rodoviária ampliada com a implantação de grandes eixos transversais como Transamazônica e Perimetral Norte e intraregionais como Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus. Segundo, a rede de telecomunicações comandada por satélite. Terceiro, a rede urbana, sede das redes de instituições estatais e organizações privadas. Finalmente, a

assim como “a ideologia do nacionalismo: desenvolvimento autônomo com forte base industrial” (BRUM, 1995, p.87).

Nesse sentido, projetos de desenvolvimento governamental, foram implantados, um dos mais importantes para colocar em prática para o desenvolvimento da região foi a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)⁶ e foi no governo de Getúlio Vargas (1930–1945) que se constroem as instituições do Estado Brasileiro e se organiza a burocracia do Estado, marcado por um projeto nacional-desenvolvimentista, centralizado e nacionalista. Nesse período que são lançadas as bases para o efetivo desenvolvimento da indústria nacional, mediante investimentos estatais nas áreas da infraestrutura, siderurgia e energia.

[...]. Para tanto, o Estado desenvolveu uma tecnologia espacial, impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político – ‘a malha programada’, constituída do conjunto de programas e planos governamentais –, e abriu múltiplas fronteiras, a maior delas sendo a Amazônia, considerada prioridade para estabelecer o equilíbrio geopolítico interno e externo. (BECKER, 1997, p. 429).

Assim,

A ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico de o governo militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluído a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forte controle social.

A Amazônia assume posição-chave frente às prioridades econômicas,

No plano interno é vista como capaz de promover uma solução para os problemas de tensão social do Nordeste e para a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste, abrindo a possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido (BECKER, 1998, p.12,13).

Observamos, além disso, que o desenvolvimento da eletricidade na Amazônia ocorreu devido ao comércio da borracha, que contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, assim como, Belém e Manaus passaram por importantes transformações, com grande crescimento urbano. Portanto:

Apesar das restrições ao desenvolvimento resultantes da decadência econômica, que sucedeu a queda dos preços da borracha no mercado internacional, na primeira década do século XX, os sistemas elétricos foram, pouco a pouco, se consolidando nas capitais e se instalando no interior. A conjugação dos serviços elétricos,

rede hidroelétrica, que hoje se estende para fornecer energia, o insumo básico à nova fase industrial (BECKER, 1998, p.14)

⁶ Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)- Instituída pela Lei no 1.806, de 06 de janeiro de 1953, a SPVEA seria o órgão planejador e executor do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O Plano estabelecia objetivos como desenvolvimento industrial, aproveitamento de recursos naturais, desenvolvimento agrícola e a criação de uma infraestrutura em termos de transportes, comunicações e energia. Fixava também objetivos não econômicos, de natureza geopolítica, relacionados à ocupação nacional na região (afirmação da posse brasileira); e social, como melhorias nos setores de educação, cultura e saúde. (LEMOS, 2007, p.193)

especialmente iluminação pública e particular (luz) e viação urbana (força) viabilizou o desenvolvimento da indústria de eletricidade nas duas maiores capitais amazônicas. Esta combinação de serviços garantia a otimização no uso da energia elétrica produzida e tinha a vantagem de produzir diferentes fontes de lucros para as empresas: o consumo da energia (LEMOS, p. 371, apud BRASIL, IBGE. 1948).

De fato, Lemos (2007) explica que “foi justamente o investimento dos excedentes da borracha” nas atividades não produtivas que viabilizou um significativo crescimento das capitais da região amazônica, assim como o surgimento de vilas e povoados ribeirinhos e as cidades que já existiam prosperaram e cresceram; “fortunas foram acumuladas e o excedente” foi aplicado principalmente em melhorias dos serviços públicos — iluminação a gás e elétricos, sistemas de comunicação via telégrafos, telefone, entre outros. No interior dos estados da região, continuou a predominar a iluminação a querosene e outros. (LEMOS, 2007, p.111–112).

Ainda, Lemos ressalta que,

o período 1930-1950, no Brasil, marcou a formação de uma base institucional, técnica e financeira para a industrialização, com a criação de órgãos voltados para o planejamento econômico e para a formulação de políticas de desenvolvimento como o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937) e o Conselho Nacional de Economia (1946); para a regulamentação da exploração de recursos naturais, como os códigos de águas (1934) e de minas (1940), bem como para o financiamento e a fiscalização da atividade econômica. (LEMOS, 2007, p.179)

De acordo com Becker, a partir dos anos 70, sob poder e organização dos militares durante a ditadura militar, com a política de integração nacional para garantir a soberania nacional, a Amazônia ficou conhecida pelo lema “Integrar para não Entregar”. Posto isso, todo esquema de colonização.

Em larga escala para a maior porção do espaço nacional, a Amazônia, nasce com a criação do INCRA em 1970 pelo decreto lei nº 1.110/70, o qual tem como finalidade promover, executar e controlar a reforma agrária, assumindo o papel de organizar a política de terras do governo, segundo os critérios vigentes. A distribuição de terra ocorreria sob o controle do Estado, estimulando, orientando e/ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A criação do INCRA é fruto das políticas ocupacionais do governo que tinha como síntese ideológica na época o slogan de “integrar para não entregar” implementando iniciativas para a migração de trabalhadores rurais e empreendimentos para a região. (BECKER, 1990, p.148, grifo da autora).

Outro fator proeminente nesta discussão é sua relevância para o que Becker conceitua o significado contemporâneo de fronteira.

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle. (BECKER, 1998, p.11)

Contudo, segundo a autora, foi nos anos 50 no governo de Juscelino Kubitschek, em que se inicia a unificação dos mercados nacionais sob o Slogan “Energia e Transportes”. Constroem-se as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. (Becker, 1998, p.12, grifo da autora). Tudo isso, por conta do audacioso Plano de Metas com objetivo “de recuperar o atraso histórico e modernizar o país”. Dessa perspectiva, devido aos investimentos estatais nos anos 50 e 60, o setor energético se expandiu.

Neste contexto de decolagem do processo de industrialização brasileira para garantir a expansão urbana industrial, pode-se dizer que, várias foram as estratégias implementadas pelo Estado, para garantir a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia brasileira.

Em linhas gerais, segundo Brum (2011, p. 87), o processo de industrialização trouxe alguns “prejuízos sociais, pois, as políticas públicas ficaram relegadas” a um segundo plano, o Estado foi apropriado por uma reduzida classe economicamente dominante e colocado a serviço de interesses privados ou corporativos, primeiro pelos latifundiários e depois pelos proprietários do capital.

Becker (1998, p.14), afirma que a “manipulação do território pela apropriação de terras dos Estados foi um elemento fundamental da estratégia do governo federal, que criou por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade” Desse modo, consolidou também uma gama de desigualdades sociais e regionais que condicionaram as regras de acesso à posse e à propriedade da terra e resultaram na conformação de uma estrutura fundiária altamente concentradora e injusta.

Posto isso, a grande extensão territorial da Amazônia ainda hoje, coloca vários desafios em relação a sua organização e integração, especialmente por conta das grandes distâncias para a movimentação de pessoas ou mercadorias e para a cobertura dos serviços públicos essenciais (saúde, educação, energia, correios, comunicação etc.).

Quadro 1 – Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1988)

Ano	Programas, projetos e órgãos executores.	Objetivos
1953	SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia/Presidência da República.	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR-010) /Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá- Porto Velho (BR-364) / Ministério dos Transportes, DNER.	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia.
1966	Sudam- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia /Ministério do Interior.	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais.
1967	Suframa- Superintendência da Zona Franca de Manaus/Ministério do Interior.	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia/Ministério das Minas e energia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético
1968	Incentivos Fiscais/Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e Sudam.
1970	Proterra – Programas de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e nordeste	Promover a capitalização rural.
1970	Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Interior	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra
1974	Polamazônia – Programa de Pólos Agropecuários e Agromineral da Amazônia Min.Int., Agric. e Transp.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana.
1980	Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins Gebam – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas SGCSN/PR	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos.
1980	PGC – Programa Grande Carajás Seplan/PR	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região
1981	Polonoroeste	Pavimentar a BR-364; promover a colonização.
1985	PCN- Projeto Calha Norte SGCSN/PR	Oficialmente, assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir índios.
1987	Projeto 2010 Ministério das Minas e Energia, Eletronorte.	Implantar rede hidrelétrica para estimular o desenvolvimento industrial da região
1988	Programa Nossa Natureza Ministério do Interior, AS-DEN/PR	Oficialmente, rever legislação ambiental para a região e zoneamento agroecológico na Amazônia.

Fonte: Bertha K. Becker e Ivaldo Lima

2. A ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BRASIL E O PROGRAMA LUZ PARA TODOS

2.1 A origem do processo de eletrificação rural

De acordo com o MME a eletrificação rural teve início no Brasil em 1923, em uma residência no município paulista de Batatais por iniciativa de uma empresa privada que construiu a primeira extensão de eletrificação rural brasileira, ficando os serviços restritos para quem possuía recursos financeiros para arcar com os altos custos de implantação da eletrificação.

A partir dos anos 40, surgiu no Brasil a primeira cooperativa de eletrificação rural no Rio Grande do Sul. Depois surgiram outras incumbidas de viabilizar a luz elétrica no campo, com à participação de governos estaduais e municipais, mas ainda insuficientes para suprir a crescente necessidade. Porém, somente no início dos anos 60,

Várias iniciativas estaduais impulsionaram a eletrificação rural, ganhando importância pelo setor privado, que foi autorizado pelo MME através do Decreto nº 62.655/68, que os serviços de eletrificação rural, para uso privativo, poderiam ser executados por pessoas físicas ou jurídicas. Foi esse princípio que norteou o crescimento das cooperativas de energia no Brasil. Deste modo, as propriedades rurais isoladas e pequenos povoados, constituídos de pequenos e médios agricultores, fundaram as cooperativas, construíram as redes de energia elétrica, passaram também a operá-las e expandi-las, criando sistemas isolados⁷ de distribuição de energia elétrica no meio rural. (FECOERGS, 2019, p.10)

Entretanto, segundo Pereira, citado por Jeronimo, diz que o “*deficit* energético rural persistiu devido à insuficiência de recursos para suprir as crescentes necessidades do meio rural, principalmente a partir da intensa mecanização ocorrida durante a revolução verde da década de 60” (PEREIRA, 2009, apud JERONYMO, 2018, p.137).

Outro fato relevante, segundo Pereira:

O governo brasileiro e o BID celebraram contrato para executar o 1º Plano Nacional de Eletrificação Rural de Cooperativas-PNER I, entre os anos 1970-76, que é “considerado o marco inicial da eletrificação rural nacional, embora atingisse apenas nove estados” (PAGLIARDI et al, 2003). Em 1977 foi instituído o PNER II, financiado parcialmente pelo BID, que atendeu 73.369 propriedades rurais (OLIVEIRA, 1998), em 18 estados e no Distrito Federal, e construiu 40.537 km de redes de distribuição de energia (PEREIRA 2009, apud JERONYMO 2018, p.138)).

⁷ Estes sistemas se caracterizam por possuírem apenas uma fonte geradora de porte variado, que pode ser uma unidade térmica diesel elétrica, a óleo combustível, carvão, biomassa etc., bem como uma pequena central hidrelétrica. Os sistemas isolados, frequentemente, necessitam manter uma unidade reserva, o que encarece o custo de manutenção, ou têm de arcar com o ônus de um eventual desligamento total. Seu custo operacional é alto e a receita frequentemente é negativa, incapaz de cobrir até mesmo os custos operacionais. Funcionam em regimes diversificados de horário de suprimento, nem sempre chegando ao fornecimento nas 24 horas do dia. (LEMOS, p.174, apud, IBGE, 1977, p. 331)

Observamos, além disso, que a eletrificação rural brasileira executada tanto pelo poder público como pelo privado “sempre se deu restrito às regiões” próximas aos centros urbanos, associados à distância entre a extensão da rede de distribuição, mas também pela opção do estado “em concentrar as políticas públicas de desenvolvimento rural” em espaços agrícolas portadores de infraestruturas (estradas, rede de distribuição de água e esgoto, telecomunicações, acesso à eletricidade), e para valorizar as infraestruturas preexistentes para atrair outras (JERONYMO, 2018, p.137).

Dessa perspectiva, a política de eletrificação adotada pelo aparato estatal em anos anteriores, pouco investiu em política pública voltada para a “cobertura de energia elétrica em áreas rurais, a relação desfavorável entre custo e benefício não atraía as concessionárias” para realizar altos custos de implantação dos serviços em função das extensões de rede em áreas consideradas complexas.

Sendo assim, os projetos comerciais e industriais eram priorizados, devido ao retorno financeiro imediato para as concessionárias de energia. Já a instalação residencial urbana, obteve grande expansão devida ao crescimento populacional, gerando a necessidade de investimentos e a cobertura dos custos operacionais.

Nesse contexto, Lemos, (2007) enfatiza que a eletrificação rural não pode ser tratada “como um programa avulso, mais como uma estratégia chave para o governo reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável, aumentando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, facilitando acesso à saúde, educação, comunicação e bem-estar” (LEMOS, 2007, apud REIS Jr., 2015).

Assim como, Souza (2017) diz que “o acesso à energia elétrica no Brasil, deflagra o processo de exclusão social e regional predominante no país. Enquanto 80% das propriedades rurais do sul estão conectadas a rede, na Região Norte apenas 20% dos domicílios foram atendidos” (SOUZA, 2017, apud, MME, 2004).

Por ora, como veremos mais à frente no caso específico das áreas rurais da Amazônia brasileira, devido à baixa abrangência espacial dos serviços oferecidos à população, a cobertura de energia ainda não foi universalizada, milhares de pessoas não estão conectadas à rede de distribuição em diversos municípios da região, sendo que algumas pequenas comunidades são atendidas pelas concessionárias que utilizam os combustíveis fósseis através de geradores e outros para garantir energia aos moradores rurais em horários específicos⁸.

⁸ Geralmente as comunidades atendidas preferem utilizar a energia das 19h às 23 horas, devido a concessionária fornecer uma cota de combustível mensal para as comunidades. (ELETRONORTE, 2019)

Para tanto, é necessário fazer referências aos principais programas governamentais de eletrificação rurais implantados no país a partir dos anos 90 até os dias atuais, assim como dos potenciais efeitos econômicos e sociais decorrentes da implantação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica — Programa Luz para Todos (PLpT).

O PLpT é uma importante política pública de inclusão social em áreas rurais da região Amazônia e em particular no estado do Amapá. Assim como, os fatores e dificuldades que condicionaram a implantação do programa para minorar as desigualdades sociais e regionais, devido à energia ser base para diversas atividades produtivas e de serviços.

2.2 A eletrificação rural na Amazônia e programa luz para todos

No decorrer do século XX, a região amazônica, teve um desenvolvimento econômico⁹ de forma desigual em comparação com as demais regiões do país. “As políticas socioeconômicas que foram planejadas e instituídas no Brasil” (Getúlio Vargas 1930-1945; Industrialização 1945-1964 e Regime Militar e Crescimento Econômico 1964-1985), não foram capazes de minorar uma trajetória de desigualdades e disparidades regionais e muito menos em prover a expansão da infraestrutura de energia elétrica e outros serviços públicos a contento para toda região (LEMOS 2007, p.176).

Desse ponto de vista, Tendler (1968), citado por Lemos diz que:

Enquanto o Setor Elétrico no Centro-Sul se solidificava numa estrutura concentrada, estreitamente vinculada ao desenvolvimento industrial, na Amazônia a indústria se desenvolveu basicamente dependente dos serviços e da demanda pública. Nas cidades e vilas, os sistemas elétricos de pequeno porte permaneceram isolados nas sedes municipais, servindo ao suprimento local. As unidades produtoras, essencialmente térmicas, contrastavam com o desenvolvimento da indústria de energia elétrica no resto do país, que associava o crescimento das ma(qui)nufaturas ao aproveitamento das forças hidráulicas (TENDLER, 1968, apud LEMOS, 2007, p.176-177).

Partindo desse contexto, percebe-se, que o padrão de desenvolvimento da industrialização ficou fortemente concentrado nas regiões sul e sudeste, passando a indústria

⁹ É importante definir a distinção entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Crescimento econômico se refere à ampliação, em termos médios, do nível de emprego e renda em uma determinada localidade durante certo período de tempo. Desenvolvimento econômico é um conceito mais amplo, que pode ser entendido como um processo de crescimento econômico sustentável ao longo do tempo, que engloba não só uma melhoria social quantitativa, mas também qualitativa. Além do incremento nos níveis de emprego e renda, fatores como a melhoria da educação, da saúde, do saneamento básico, do acesso à tecnologia, entre outros, são considerados. (TEIXEIRA e BERTELLO, 2013)

ter um crescimento e importância econômica maior que o setor rural, aumentando as disparidades inter-regionais no país, ficando a região norte especialmente relegada a um segundo plano, tanto no que tangem à produção econômica, quanto à social.

Desde que se iniciaram os programas de eletrificação rural governamental no país em meados do século, pode-se elencar destacadamente os seguintes: Programa Nacional de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios — PRODEEM, criado em 1994, o Programa Luz no Campo, criado em 1999 e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica — Programa Luz para Todos, em 2003.

Tendo em vista o exposto, o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) criado por Decreto Presidencial em 1994, executado sob a coordenação do MME, por intermédio do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético — DNDE, teve por objetivo “permitir o acesso à energia elétrica às pequenas comunidades isoladas não atendidas pela rede convencional de distribuição de energia elétrica e destinado a apoiar o atendimento aos pequenos produtores, aos núcleos de colonização e às populações carentes isoladas” (MME, 2016).

As principais tecnologias utilizadas pelo programa incluíam “a utilização de painéis fotovoltaicos, aerogeradores e cata-ventos, pequenas centrais hidrelétricas, combustíveis derivados da biomassa (álcool, óleos vegetais, resíduos florestais e agrícolas), biodigestores” e outros, tendo como foco eletrificar escolas, centros de saúde, e outras instalações comunitárias, além de promover a capacitação de recursos humanos (MME, 2016).

Naquele contexto, de acordo com a Auditoria do Tribunal de Contas da União realizada em 2003, foi a tecnologia fotovoltaica que se destacou no Programa. A opção por esta tecnologia, segundo a Auditoria foi a mais adequada para as necessidades do MME, mas não para as comunidades, pois, de acordo com o TCU, “todo o modelo operacional do Programa” foi desenhado para que proporcionasse a sua execução a partir de Brasília, desconsiderando características e necessidades individuais das comunidades a serem beneficiadas e invertendo a ordem de prioridades entre o interesse do gestor e o dos beneficiados. (TCU, 2013).

A energia fotovoltaica considerada caro na época, de acordo com o TCU:

Atendeu à necessidade de padronização do MME, pois poderia ser instalada em todo o país sem a necessidade de estudos prévios. No entanto, como os sistemas foram todos importados, tornando o Brasil um dos maiores compradores mundiais de sistemas fotovoltaicos, a única indústria nacional da área definhava, sendo assim, sem a existência de uma adequada rede de assistência técnica e de fornecimento de peças de reposição e capacitação, o resultado foi o altíssimo número de sistemas

defeituosos e abandonados, sendo as comunidades atendidas os principais prejudicados.

Por sua vez, com a Auditoria do TCU:

Em um estudo de caso em 71 comunidades distribuídas por 36 municípios em 11 estados (Amazonas, Acre, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro), constatou-se que além de centralizado em Brasília, o Programa não conseguiu atender adequadamente às especificidades características das pequenas comunidades isoladas espalhadas pelo país.

Assim como:

Excessiva centralização produziu um gravíssimo problema patrimonial, objeto de Representação por parte de auditoria (TC 017.662/2002-8), relativo à dispersão de milhares de sistemas energéticos por todo o país sem o devido controle patrimonial. O Programa não estabeleceu parcerias com outros órgãos ou entidades que tinham interesse em suas ações, assim como, a falta de integração entre as ações governamentais, com a agência reguladora Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com as ações das concessionárias de distribuição de energia. Disso resulta superposição de ações, caracterizada pela constatação de diversos casos da presença de sistemas energéticos instalados onde já existe rede convencional de energia. Tal fato, gerou desperdício de recursos públicos e corrobora a avaliação de que o Programa apresentou baixa eficácia, uma vez que ele se destina ao atendimento de comunidades sem acesso à rede de energia elétrica. (TCU, 2013).

Posto isso, na região Norte o Programa apresentou baixa eficiência operacional e ao longo dos anos em todo o país passou por seguidas reestruturações e o MME através de Chamada Pública n.º 001/2017, fez doação dos bens e equipamentos remanescentes do Programa.

Em 1999, já no segundo governo de FHC, surge o Programa Luz no Campo por meio de decreto presidencial de 02/12/1999, com investimento previsto da ordem de R\$ 2,7 bilhões. De acordo com o MME, o Programa tinha por objetivo “estabelecer as condições básicas à expansão das atividades agropecuárias e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural”. A meta era levar energia elétrica a um milhão de domicílios rurais, no prazo de quatro anos.

Segundo Andrade (2010, p.50), “o Programa concentrava-se na expansão de rede, onde o futuro consumidor rural pagava parte do custo da implantação e o Governo Federal, por meio da Eletrobras, financiava a outra parte dos custos para a execução dos trabalhos”.

A respeito do anteriormente exposto, Jeronimo (2018), aponta que ainda que houvesse a orientação para a redução do custo da instalação, o Programa Luz no Campo não era gratuito, a infraestrutura para o acesso do serviço de energia elétrica rural tinha que ser paga pelos beneficiários. “O custo da ligação era incompatível com o perfil de renda das famílias que mais necessitavam de energia elétrica” (JERONYMO, 2018, p.146).

Segundo Reis Jr. (2015, p.12) a meta em atender um milhão de moradias no meio rural num horizonte de quatro anos (2000–2003), não atingiu seu objetivo e no final de janeiro

de 2004, haviam sido realizadas somente 574.000 atendimentos. Além disso, o “Programa não chegou em alguns estados, como o Amazonas, o Amapá e o Maranhão” (BRASIL, MME, 2004), justamente aqueles que apresentavam maior carência de acesso a redes de energia elétrica no meio rural.

Cabe assinalar uma ação de correção de rumos relevante, a Medida Provisória n.º 14 de 21/12/2001, transformada na Lei 10.438/2002 que incluiu três providências importantes sobre o Programa:

1) PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; 2) CDE – Conta de Desenvolvimento Energético; 3) medidas visando garantir a universalização do serviço de energia apontando soluções para questões que o Brasil sempre deixou em segundo plano, seja o aproveitamento de seu enorme potencial energético a partir de fontes limpas, alternativas e renováveis, seja as metas de universalização ou o significativo potencial de conservação de energia existente no País. (Diário Oficial da União, 2001).

Além disso, dado o caos organizacional do setor elétrico provocado pelo processo de privatização desordenado que transcorreu ao longo dos anos 1990 e o início do ano de 2000, que não definia as atribuições das diversas instâncias criadas na tentativa de garantir o modelo de mercado, o país foi levado ao colapso do fornecimento de energia elétrica - “apagão”. – em meados de 2001. A “ausência de ações integradas entre os agentes envolvidos e a não existência do marco regulatório para definir orientações gerais corroboraram a formalização da denominada confusão institucional”¹⁰. (JERONYMO, 2018, p.138).

Por tais constatações, era imperativo que o Estado se organizasse para encontrar uma solução, o que começou pela reestruturação do Ministério de Minas e Energia a partir de 2003, já durante o mandato de Luís Inácio Lula da Silva. O passo seguinte foi restabelecer a capacidade institucional de planejar, coordenar e programar as políticas públicas, de modo a propiciar o crescimento sustentável da oferta de energia e evidenciar os papéis institucionais dos agentes do setor. (BRASIL, 2010).

Visando “restituir o ordenamento de atribuições das instituições envolvidas na política setorial”, o governo federal a partir de 2003, redesenha o modelo de desenvolvimento do setor energético, articulada a uma nova geração de políticas públicas de inclusão social de caráter universal. Este novo modelo, mais do que um marco institucional, se organiza em torno de uma nova concepção de política pública, “de redefinição setorial, com o estabelecimento de mecanismos de participação e gestão por parte da sociedade”, assim

¹⁰ Este período da história da eletrificação rural brasileira é caracterizado pela confusão institucional e pela ausência de organização do poder público para definir os agentes e os órgãos responsáveis para implementar programas de eletrificação rural nacional. Na confusão institucional, os poderes públicos e a iniciativa privada executavam as atividades que apresentavam fins semelhantes, mecanismos e métodos diversos, custos diferenciados e resultados oscilando entre a satisfação e a insatisfação. (JERONYMO, 2018, p.139)

como, define claramente as funções de cada uma das instâncias que compõem o Sistema Elétrico Brasileiro: o Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema (ONS), o Mercado Aberto de Energia (MAE) e a Eletrobrás, além de extinguir aquelas cuja existência se mostrava desnecessária. (MME, 2004).

Com a promulgação das Leis 10.847/2004 e 10.848/2004, o Governo Federal estabelece um novo marco para o setor, alicerçado nos pilares da segurança energética, da modicidade tarifária e da universalização do acesso à energia elétrica.

Isto posto, considerando os objetivos que nortearam o presente estudo, trataremos a partir deste ponto do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica-Luz Para Todos, instituído através de Decreto n.º 4.873, de 11/11/2003, posteriormente sendo alterado pelos Decretos n.º 6.442, de 25/04/2008; n.º 7.520 de 08/07/2011 e n.º 8.387 de 30/12/2014, concebido como instrumento de desenvolvimento e inclusão social destinado a propiciar até o ano de 2018, o atendimento de energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tenha acesso a esse serviço público, sem que isso significasse transferir os custos de implantação às comunidades beneficiárias.

O PLpT ficou sob coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) enquanto à Eletrobras coube a responsabilidade de normatizar e gerenciar a implantação do Programa pelas suas concessionárias nos estados e municípios. Já a Agência Nacional de Energia — ANEEL ficou responsável pela fiscalização do programa.

Quadro 2 - Principais documentos do Programa Luz para Todos.

Documento	Assunto
Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002.	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.
Resolução n.º 223, de 29 de abril de 2003	Estabelece as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW, e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
Resolução n.º 459, de 5 de setembro de 2003	Estabelece a forma de utilização de recursos provenientes dos pagamentos pelo uso de bem público (UBP) e multas aplicadas pela Agência Nacional de

	Energia Elétrica (Aneel), para fins do Programa de Universalização do Acesso à Energia Elétrica em Áreas Rurais.
Lei nº 10.762, de novembro de 2003	Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica. Reafirma a utilização da CDE para o processo de universalização. E estabelece o primeiro critério de priorização do processo universalização.
Lei nº 4.873, de 11 de novembro de 2003	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos e dá outras providências.
Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004	Aprovar a revisão n.º 1 do manual de operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos.
Resolução nº 175, de novembro de 2005	Estabelece as condições para a revisão dos planos de universalização de energia elétrica, visando à antecipação de metas, considerando os objetivos dos termos de compromisso firmados com o Ministério de Minas e Energia (MME), no âmbito do programa Luz para Todos.
Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008	Dá nova redação ao Artigo 1º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da energia Elétrica –Luz para Todos, para prorrogar o prazo de universalização.
Resolução Normativa nº 365, de 19 de maio de 2009	Estabelece as metas de universalização das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica no âmbito do programa Luz para Todos para o biênio 2009-2010 e altera a Resolução Normativa no 175, de 2005.
Decreto nº 7.324, de 5 de outubro de 2010	Dá nova redação ao Artigo 1º do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, prorrogando o prazo de execução até 31 de dezembro de 2011.
Pesquisa quantitativa domiciliar de avaliação da satisfação e de impacto do LPT	Realizada em 2009, apresenta os principais resultados do programa.

Fonte: Freitas e Silveira, 2015.

Conforme mencionado antes, o objetivo do PLpT era fornecer energia a todos os lares brasileiros, prioritariamente aqueles das áreas rurais, onde o atendimento era precário e por demais oneroso. Para dar conta da tarefa e “melhorar a prestação de serviços à população beneficiada” o PLpT se propunha a intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados (CDE)¹¹ - Conta de

¹¹ Os Recursos necessários ao desenvolvimento do Programa são do Governo Federal, por meio da CDE, dos Agentes Executores - Concessionárias e Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, por meio de

Desenvolvimento Energético e pelo complemento de recursos financiados (RGR)”¹² (BRASIL. MME, 2016).

Ou seja, seguindo os princípios da universalização dos direitos sociais e das políticas públicas que foram inscritos na concepção de Estado Social consagrada na Constituição Federal de 1988, o PLpT “se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementado pelo Governo Federal e pelos Estados”, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada. (BRASIL, MME, 2009).

No âmbito estadual, o Programa foi gerenciado por comitês gestores, dos quais fizeram parte: “representantes do Ministério de Minas e Energia, agências reguladoras estaduais, distribuidoras de energia elétrica, governos estaduais, prefeituras e representantes da sociedade civil. Este comitê acompanhou de perto o andamento do Programa” (BRASIL, MME, 2009).

Importante papel foi também desempenhado pelos agentes do Luz para Todos. Foram eles que atuaram nas comunidades beneficiadas e conseguiram identificar as demandas específicas de cada localidade, a fim de atender às diretrizes do Manual de Operacionalização por Decreto Presidencial n.º 4.873, de 2003, que definia as seguintes prioridades:

Projetos de eletrificação rural em municípios com Índice de Atendimento a Domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000;

Projetos de eletrificação rural em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior a sua média estadual;

Projetos de eletrificação rural que atendam comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do sistema elétrico, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento;

Projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;

Projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d’água;

Projetos de eletrificação em assentamentos rurais;

Recursos Próprios ou Oriundos de Financiamento contraído junto à CAIXA. O principal critério para alocação dos recursos da CDE entre os Agentes Executores tem por base as carências regionais, a antecipação das metas e a mitigação, por área de concessão, do potencial impacto tarifário do Programa. Considerou-se como montante mínimo de recursos oriundos da CDE para o Programa um valor igual ao disponibilizado pelas Unidades da Federação. (BRASIL.MME, 2009)

¹² Instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. Os recursos provenientes da Reserva Global de Reversão serão disponibilizados na forma de financiamento, complementando as demais fontes. A RGR poderá, ainda, ser utilizada como subvenção econômica, na forma da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003. (BRASIL.MME,2009)

Projetos de eletrificação rural para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar;

Projetos de eletrificação para atendimento de pequenos e médios agricultores;

Projetos de eletrificação rural, paralisados por falta de recursos, que atendam comunidades e povoados rurais;

Projetos de eletrificação rural das populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza; e

Projetos de eletrificação rural das populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades extrativistas, etc.

Dessa forma,

A execução das obras do Programa é realizada pelas distribuidoras de energia e pelas cooperativas de eletrificação rural. A concessionária deverá atender, sem qualquer ônus para o solicitante ou consumidor, ao pedido de fornecimento ou aumento de carga, em áreas do sistema elétrico, que possa ser efetivado mediante a extensão de rede em tensão secundária de distribuição, inclusive instalação ou substituição de transformador, ainda que seja necessário realizar reforço ou melhoramento na rede em tensão primária de distribuição, observado o respectivo Plano de Universalização de Energia Elétrica. (BRASIL, MME, 2009).

Para a primeira etapa do PLpT, o MME definiu um orçamento de R\$ 12,7 bilhões, à qual deveriam se somar as contrapartidas dos governos estaduais. A meta inicial era levar energia, até o ano de 2008, a cerca de dois milhões de domicílios, sendo que “noventa por cento dessas famílias possuía renda inferior a (três) salários mínimos”, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Metas anuais (em número de domicílios)

Ano	Domicílios	Total Acumulado
2004	150.000	150.000
2005	620.000	770.000
2006	630.000	1.400.000
2007	300.000	1.700.000
2008	300.000	2.000.000

Fonte: Portaria n.º 501, de 13 de dezembro de 2004

Com apenas um ligeiro atraso em relação ao cronograma inicial, o Programa conseguiu atender os primeiros dois milhões de domicílios já em maio de 2009, beneficiando mais dez milhões de pessoas. (MME, 2009).

Tabela 2 - Pessoas Beneficiadas pelo PLpT - Brasil - 2004 até 08/2009.

Tipos Beneficiadas	Pessoas
---------------------------	----------------

Área Rural	9.200.000
Assentadas	995.300
Indígenas	101.500
Remanescentes de Quilombos	95.600
Total	10.392.400

Fonte: ANDRADE, 2010

Nesta primeira etapa de execução do Programa (2004 a 2009), às métricas de desempenho observadas entre os estados da Amazônia Legal no período indicaram que apenas o estado de Mato Grosso teve execução positiva, superando a meta original para o estado. Os demais ficaram abaixo das metas estabelecidas, sendo que os estados do Amazonas e do Amapá foram os que registraram os piores desempenhos em termos de ligações de energia elétrica implantadas (vide tabela abaixo):

Tabela 3- Ligações realizada por estado da Amazônia até dezembro de 2004 a 08/2009.

Estado	Realizado até Dez/2008	Meta Original	% Realizado
Acre	24.511	50.000	49%
Amazonas	23.158	81.000	29%
Amapá	1.381	4.783	29%
Maranhão	193.739	249.000	78%
Pará	209.044	236.050	89%
Mato Grosso	73.484	40.000	184%
Rondônia	24.160	48.265	50%
Roraima	3.223	10.440	31%
Tocantins	30.631	40.000	77%
Total	580.108	759.538	76%

Fonte: Controladoria do DPUE (2011)

Já na segunda etapa, por meio do Decreto n.º 7.324, de 5 de outubro de 2010, o Governo Federal prorrogou o prazo até 31 de dezembro de 2011 para a execução das ligações destinadas ao atendimento em energia elétrica do PLpT. A partir de então, uma nova meta de 2.965.988 consumidores foi estabelecida, definindo o objetivo de garantir a finalização das obras contratadas ou que estivessem em processo de contratação até 30 de outubro de 2010 (BRASIL, MME, 2016).

Tabela 4 - Ligações Realizadas até Maio 2010.

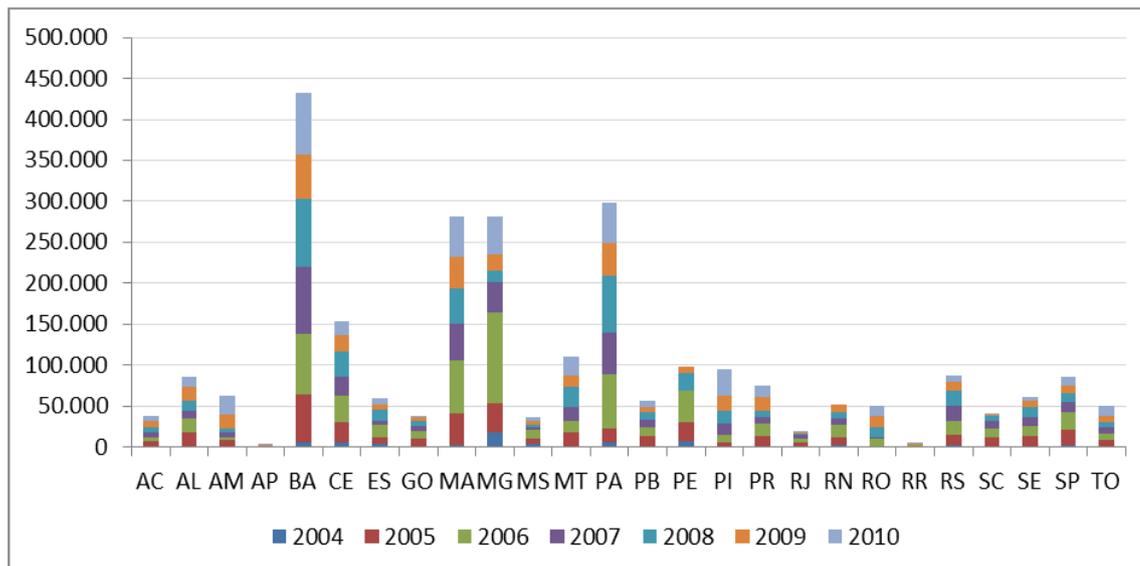
Região	Meta Original	Acumulado até maio de	Pessoas Beneficiadas	Meta Ampliada	% Realizado
--------	---------------	-----------------------	----------------------	---------------	-------------

		2010		(até 2010)	
				%	
Norte	470.538	418.195	2.090.975	656.943	64
Nordeste	1.110.405	1.163.188	5.815.940	1.434.938	81
Centro Oeste	148.617	160.176	800.880	213.706	75
Sudeste	159.794	397.183	1.985.915	456.299	87
Sul	110.646	186.068	930.340	204.102	91
Total	2.000.000	2.324.810	11.624.050	2.965.988	78

Fonte: ANDRADE, 2010.

Segundo avaliação de Dassie (2016), de dados obtidos do Portal Brasileiro de Dados Abertos, “o Programa beneficiou, de 2004 a 2010, 2,6 milhões de domicílios (500 mil domicílios a mais do que os registrados sem acesso à eletricidade no Censo de 2000)” (DASSIE, 2016, p.11).

Gráfico 1 – Quantidade de pessoas beneficiadas por região do Programa Luz para Todos entre 2004 a 2010.



Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos, apud DASSIE (2016)

Entretanto, considerando-se que várias regiões, principalmente das áreas remotas das regiões Norte e Nordeste, não foram alcançadas pelo Programa, viu-se como necessária uma nova prorrogação de prazo e ampliação das metas do PLpT. Assim, uma nova fase do programa teve início, oficializada por meio do Decreto n.º 7.520/2011, que abarcou o período 2011 a 2014 e que levou em conta as informações demográficas coletadas pelo Censo

Demográfico de 2010, que apresentava dados da zona rural de domicílios que não possuíam eletrificação, conforme tabela (MME, 2016).

Tabela 5 - Número de domicílio sem acesso à eletricidade-Censos de 2000 e 2010, por região.

Região	Censo 2000	Censo 2010	%
Norte	467.260	229.724	49,16
Nordeste	1.241.928	275.442	22,18
Sudeste	189.548	36.635	19,33
Centro Oeste	108.214	32.503	30,04
Sul	106.329	15.673	14,74
Total	2.113.279	589.977	27,92

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000 e 2010).

De acordo com o Decreto n.º 7.520 de 2011, novos beneficiários que faziam parte do *Programa Territórios da Cidadania* ou do *Plano Brasil Sem Miséria* foram incluídos no PLpT. O *Plano Brasil sem Miséria* integrou vários programas sociais, articulando ações do governo federal com estados e municípios, nas áreas de infraestrutura, apoio à produção, segurança alimentar, entre outros, com estratégias diferenciadas para o campo e a cidade.

Nesse processo, ao longo desta nova etapa de execução do PLpT:

Foram identificadas diversas situações em que o atendimento estava condicionado à execução de projetos com características especiais, uma vez que as comunidades a serem atendidas tinham baixa densidade populacional, se encontravam distantes das redes de distribuição de energia elétrica existentes, tendo ainda problemas de acesso, dificultando principalmente o transporte de materiais e equipamentos para a execução de obras. (MME, 2016).

Sendo assim:

A tarifa social de energia elétrica, atualizada no início de 2010, vinculou o acesso ao desconto na conta de luz à renda per capita de até ½ salário mínimo e inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais. Quem recebia além desse teto, até três salários mínimos, tendo entre os membros da família pessoas em tratamento de saúde com necessidade de usar equipamentos com elevado consumo de energia, também tiveram acesso ao programa. O desconto variava entre 10% e 65%, de acordo com a faixa de consumo. As famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único e que tenham renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo, ou que possuam entre seus moradores beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), tem direito a desconto de 100% até o limite de consumo de 50 KWh/mês. (MME, 2015).

Alguns anos mais tarde, diante das dificuldades que continuavam limitando o alcance do PLpT a domicílios em áreas consideradas isolados, foi instituído um novo Decreto (n.º 8.387/2014), prorrogando o Programa até o ano de 2018. Segundo os dados do MME,

cerca de 270 mil famílias foram alvo desta nova etapa, sendo que destas, cerca de 30 mil viviam em áreas remotas¹³.

De acordo com o MME (2018), “ao final do mês de dezembro de 2018, os investimentos previstos para o Programa totalizaram R\$ 26,01 bilhões, sendo R\$ 19,00 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais (Conta de Desenvolvimento Energético — CDE e Reserva Global de Reversão — RGR), dos quais R\$ 15,98 bilhões liberados aos Agentes Executores”.

Entre 2004 e 2017, foram realizadas cerca de 3,4 milhões de ligações no âmbito do Programa, beneficiando mais de 16,4 milhões de pessoas no meio rural brasileiro. (MME, 2018.).

Tabela 6 - Ligações Realizadas até entre 2004 e 2017.

Região	Meta Original	Meta Ampliada	Ligações Realizadas
Norte	470.538	656.943	761.304
Nordeste	1.110.405	1.434.938	1.686.927
Centro Oeste	148.617	204.102	215.999
Sudeste	167.178	456.299	502.585
Sul	103.262	204.102	215.999
Total	2.000.000	2.965.988	3.389.037

Fonte: MME, 2018.

No que se refere especificamente aos estados da região Amazônica (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), marcados por déficits sociais, histórica carência de serviços públicos e elevados índices de desigualdade foi considerado “imprescindível assegurar o acesso universal aos serviços que constituam direitos inalienáveis do cidadão, e a ampliação da oferta de bens e serviços públicos”, como foi o caso do PLpT, uma importante política de inclusão no meio rural e regiões de difícil acesso (MME, 2018).

Em relação ao desempenho do PLpT nos estados da Amazônia, de acordo com Oliveira (2013, p.279) “os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia apresentaram desempenho baixo”, enquanto os estados do “Pará, Tocantins e Maranhão tiveram desempenho “regular” e Mato Grosso teve “ótimo” desempenho” (OLIVEIRA, 2013, apud REIS JR., 2015, p.27, grifo do autor).

¹³ Em abril de 2018, o PLpT foi estendido novamente até 2022 com o objetivo de atender a mais 2 milhões de brasileiros no meio rural. (MME, 2018)

Cabe salientar que para atender aquelas regiões remotas, diversos projetos específicos foram desenvolvidos:

Entre as opções tecnológicas são considerados os sistemas de geração descentralizada a partir das mini e micro centrais hidrelétricas; sistemas hidrocinéticos; usinas térmicas a biocombustíveis ou gás natural; usina solar fotovoltaica; aerogeradores e sistemas híbridos, bem como a utilização de novas tecnologias, tais como os postes confeccionados de resina de poliéster reforçada com fibra de vidro e os cabos especiais subaquáticos para serem utilizados nas travessias de rios. Além de buscar novas formas de atendimentos, as empresas contratadas pelo programa estão utilizando tecnologias sofisticadas, com o cabo submarino que possibilita a travessia até as ilhas fluviais e marítimas. (MME, 2017).

Igualmente de grande relevância foi a construção das linhas de transmissão e subestações que formaram o empreendimento conhecido como *Linhão de Tucuruí* ou Interligação entre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí as cidades de Macapá e Manaus, uma das obras de engenharia mais complexas realizadas no Brasil, que interligou os sistemas da região Norte, até então isolados, ao Sistema Interligado Nacional-SIN¹⁴. Em 2009, foram conectados também os sistemas elétricos do Acre e de Rondônia; em 2008, foi licitada a linha de transmissão para interligar Tucuruí ao Amazonas e ao Amapá, com cerca de 2 mil quilômetros de extensão, e finalizados os estudos técnicos, econômicos e ambientais da Interligação de Boa Vista (RR) – Manaus (AM).

2.3 Fatores que condicionaram a implementação do programa luz para todos no estado do Amapá

2.3.1 Caracterização do estado do Amapá

O Amapá, localizado na região Norte do país, é um dos mais recentes estados da federação brasileira, criado em 1988, abrange 16 municípios, com uma superfície territorial de 142.827,91 km² e uma população estimada em 2018 pelo IBGE de 829. 494 mil habitantes.

No entorno do estado, habitam diferentes grupos tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, assentados da reforma agrária, a maior parte deles

¹⁴ Sistema Interligado Nacional- SIN: “O sistema elétrico brasileiro funciona de forma integrada, no chamado Sistema Interligado Nacional, com diversas interligações entre as regiões do País. Essa operação de forma integrada proporciona diversos benefícios à sociedade, como a possibilidade de intercâmbio de energia entre regiões, aproveitando-se das complementaridades hidrológicas. Com isso, durante o período chuvoso, uma região com energia abundante e barata pode fornecer energia à outra que esteja enfrentando um período de seca. Esse procedimento operativo minimiza a utilização de usinas térmicas a óleo ou gás. Além do fornecimento de energia, a interligação poderá ser utilizada para disponibilizar serviços de telecomunicações, como internet banda larga e telefonia, entre outros que podem ser transmitidos via fibras ópticas” (DOILE e NASCIMENTO,2010, p. 108).

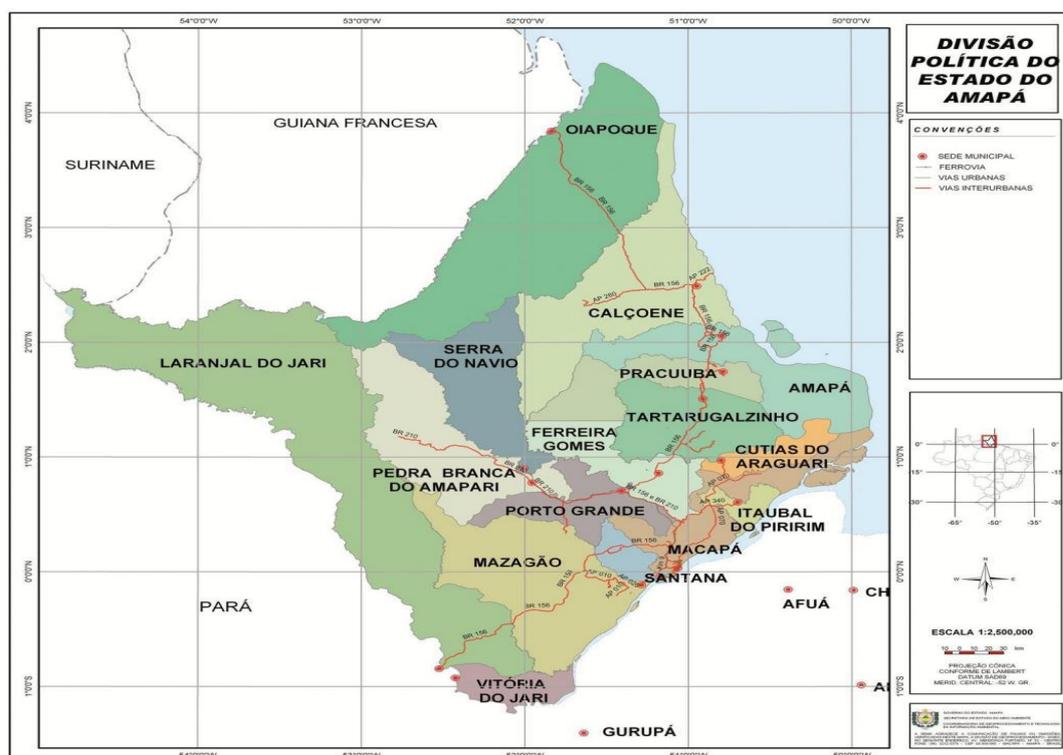
dispersos em áreas remotas, o que implica em vários problemas para o atendimento de serviços públicos e infraestrutura.

Com clima equatorial quente e úmido, o Amapá possui uma ampla área de floresta, acompanhado de regiões de várzea, cerrados, igapós, mangues e terra firme, sendo considerado um dos estados mais preservados do país. De acordo com Filocreão (2015, p.146) até 2010, cerca de 73,4% das terras das terras amapaenses “foram destinadas para áreas protegidas de uso especial como unidades de conservação federais (42,2%), estaduais (22,4%), municipais (0,5%) e (8,3%) para reservas indígenas”.

No que diz respeito à economia do Amapá, está relacionada principalmente às atividades dos serviços públicos, da mineração e agropecuária.

O Setor de serviços representa 85,8% do PIB amapaense. O estado é grande exportador de minérios, enquanto o setor industrial é ainda incipiente. Em relação aos indicadores sociais, o Amapá possui a 14ª menor incidência de pobreza do país e o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH é de 0,708 (IBGE, 2015).

Figura 2 – Estado do Amapá – Mapa político administrativo - 2019



Fonte: IBGE – 2017- Adaptado por BACELAR, 2019

2.3.2 Reduzida cobertura no atendimento de energia elétrica as comunidades rurais

Para suprir a demanda por energia elétrica a partir de 1976 foi construído no estado a Hidrelétrica de Coaracy Nunes, localizada no município de Porto Grande, sendo a primeira hidrelétrica da Região Norte e que entrou em funcionamento para atender a grandes projetos instalados no estado, assim como a estratégia de ocupação da região, dando assim, origem as Centrais Elétricas do Norte do Brasil — Eletronorte.

Em relação à distribuição energética no estado, a responsável é Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA, uma sociedade de economia mista. Entre os anos de 1996 a 2002, intensificou importante projeto de eletrificação rural com recursos do estado e recursos próprios da empresa, levando energia para diversas comunidades rurais, usando postes de madeiras retiradas da região, além os demais equipamentos para instalação a custo zero para as comunidades que foram beneficiadas (CEA, 2000).

Por outro lado, o estado fazia parte dos sistemas isolados e não estava interligado ao Sistema Interligado Nacional-SIN. Somente em 2015 com a conclusão da obra do Linhão de Tucuruí foi possível a interligação definitiva do Amapá ao SIN, exceção ao município de Oiapoque que ainda permanece em sistema isolado. No entanto, a integração no SIN não alterou em nada a atual situação de distribuição interna de energia no Amapá, já que tem servido para fornecer excedente energético do estado para outras regiões do país, uma vez que a inadimplência da distribuidora CEA junto a Eletronorte a impede de participar dos leilões realizados pela ANEEL para a compra da energia de novas usinas construídas no estado. Nesse sentido, a energia que atende ainda a maior demanda no estado são de Usinas Termoelétricas.

Isto posto, em relação aos fatores que condicionaram a implementação do PLpT no estado foi a baixa cobertura de atendimento às comunidades rurais pela concessionária local, apresentando grande índice de exclusão elétrica à época do lançamento do Programa em 2003.

Um dos desafios do Programa foi levar energia elétrica para os moradores das regiões remotas do Amapá, estado que se caracteriza por uma situação geográfica extensa e complexa, na qual a rede elétrica convencional não é viável e que registra grande dispersão territorial de núcleos de ocupação populacionais as margens dos rios, cujo acesso se dá por meio de barcos ou canoas. Além disso, mesmo nas localidades que são acessadas por terra, as estradas vicinais estão frequentemente em precárias condições, com atoleiros e buracos,

comuns em períodos de chuvas, principalmente no inverno amazônico entre os meses de janeiro a junho, impossibilitam a execução de ações de infraestrutura social e urbana.

Diante do exposto, no período de 2004 a 2006, o primeiro Termo de Compromisso foi assinado entre o estado do Amapá e o governo federal - que originou os Contratos n.º 130/2006 da 1ª Etapa – com o objetivo de atender 2.048 domicílios. Entretanto, devido ao fato de terem ocorrido atrasos na implementação do programa no estado, decorrentes de problemas logísticos e estruturais entre a concessionária de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA e a geradora de energia elétrica a (Eletronorte), os trabalhos de eletrificação não foram realizados naquela primeira etapa. Frente ao impasse e à inadimplência da CEA, o MME acabou delegando à ELETRONORTE a responsabilidade pela execução do PLpT no estado, ajustando o primeiro Termo de Compromisso, bem como celebrando um novo Termo no ano de 2006, prevendo a execução no período de 2006 a 2009, para atendimento a 18.905 domicílios.

2.3.3 Entraves no processo de implementação do programa luz para todos no estado do Amapá no período de 2007 a 2014

Uma vez dirimidos os entraves entre a CEA e a Eletronorte, a implantação inicial do PLpT no estado do Amapá ficou a cargo de três empresas que ganharam o certame licitatório realizado em Brasília. O empreendimento foi dividido em trechos pela Eletronorte e cada uma das três empresas ficou responsável por um bloco.

A Empresa DECOL Engenharia através do Contrato n.º 45000, assim como pela Empresa ELETROGRUPO, e a O. GOMES começaram a executar obras em diversos municípios do estado. No entanto, as empresas DECOL e a ELETROGRUPO não chegaram a concluir o trabalho, tendo renunciado meses depois de iniciarem as obras, sob a alegação de custos elevados, pelo que fizeram o distrato com a Eletronorte.

A partir desse momento, um novo processo licitatório foi realizado e a Empresa O. GOMES, começou a executar as obras que foram paralisadas do PLpT no estado. Porém, algum tempo depois, a empresa teve seu trabalho interrompido, ainda antes de concluir as obras, devido ao fim do prazo de vigência do contrato.

Além disso, cabe ressaltar que, de acordo com documento protocolado no Tribunal de Contas da União em 2017 por membro do Comitê Estadual do Programa no

Amapá, foram denunciadas irregularidades na execução das obras do Programa no estado, dentre as quais merecem ser destacadas as seguintes:

a) as obras que foram executadas pelas empresas contratadas pela Eletronorte no período de 2010 a 2014 não cumpriram os critérios dentro das prioridades na ordem de atendimento conforme preceitua o 1.º do Decreto n.º 7.520, e foram executadas na ordem inversa das prioridades, atendendo balneários e particulares, deixando de beneficiar quem realmente precisava produzir seus alimentos e sustentar suas famílias nas áreas rurais do Estado do Amapá;

b) A compra de materiais excedente da empresa DECOL, após a formalização do distrato, permitiu que fizessem algumas obras nos lugares de fácil acesso, porém, meses depois, a empresa desistiu de executar as obras alegando os altos custos de execução;

c) a empresa priorizou as ligações realizadas na área urbana de vários municípios do estado, totalmente ao contrário do que estabelece o Programa;

d) nos postes implantados em área urbana da cidade de Macapá podia-se identificar a logomarca do Programa Luz para Todos, sendo que essa categoria de postes só poderia ser usada nas zonas rurais executadas no âmbito do PLpT;

e) em alguns assentamentos foram implantados postes e cabos, mas não foram ligados aos domicílios, nem às escolas, sendo que muitos foram furtados;

f) Grande quantidade de material e equipamentos que foram comprados pela Eletronorte com recursos públicos (transformadores, cabos e medidores) estão sem utilização no almoxarifado na área da Eletronorte no município de Santana.

Com todos esses problemas relatados, a execução do PLpT no estado do Amapá ocorrida entre 2006 e 2014 alcançou na primeira etapa 2.048 ligações e na segunda etapa, 6.585, um total de 8.633 domicílios, número bastante inferior à meta original de 18.905.

Dentre as comunidades atendidas, o (assentamento) Nova Vida, localizado no município de Tartarugalzinho foi o primeiro a receber o benefício no estado, razão pela qual foi objeto de estudo deste trabalho. Na primeira etapa em 2006 do PLpT, 70 domicílios foram eletrificados no assentamento e na segunda etapa em 2014, 13 famílias foram contempladas com rede de distribuição rural, totalizando 83 famílias atendidas no assentamento.

Importante ressaltar que atualmente o INCRA Amapá tem 14.698 famílias assentadas no Estado, e que cerca de 4.834 famílias foram beneficiadas com a instalação de energia elétrica, conforme dados disponíveis no site da Eletrobras, o número é o menor entre todos os estados brasileiros.

Figura 3 – Dificuldade de acesso e de logística (AP)



Fonte: Acervo fotográfico do Programa LPT, apud Oliveira, 2015 (DPUE/SEE/MME)

Desde 2010, quando o PLpT começou efetivamente a ser executado no Amapá, 8.633 famílias foram contempladas, sendo que ainda existem cerca de 20 mil domicílios que ainda não possuem fornecimento de energia elétrica (24h) no meio rural do Amapá. Entre as comunidades que ainda não estão interligadas à malha elétrica do estado, a maior parte ainda depende do fornecimento por meio de geração térmica, obtida a partir de geradores movidos a combustíveis fósseis (óleo), que além de estarem limitados a determinadas horas do dia, frequentemente há interrupção de energia por falta de manutenção dos geradores, deixando as populações destas comunidades sem acesso à eletricidade por longos períodos, que podem se estender por meses.

Devemos acrescentar ainda que, desde 2017, o Governo do Estado do Amapá assumiu o compromisso de aportar recursos superiores à contrapartida exigida do estado, buscando viabilizar a execução do Programa. Em setembro de 2018, o Governo Federal, através do MME aprovou orçamento de R\$ 95, 5 milhões para atender 11.730 domicílios rurais no Amapá entre 2019 a 2020.

3. A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA

3.1 A reforma agrária na Amazônia

Ao longo da história, gerou-se um processo de ocupação do território brasileiro através de uma estrutura fundiária com elevado grau de concentração de propriedade, com grandes desigualdades sociais e regionais, assim como, gerando conflitos pela terra. Desse ponto de vista, de acordo com Cardoso (1997, p.18):

A revolução de 1930, que derrubou a oligarquia cafeeira, deu um grande impulso ao processo de industrialização, reconheceu direitos legais aos trabalhadores urbanos e atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, mas não interveio na ordem agrária. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu seu processo de transformação com industrialização e urbanização aceleradas. A questão agrária começou, então, a ser discutida com ênfase e tida como um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Já a partir dos anos 50, as autoras Schwarcz e Starling (2015, p.424), relatam que:

Cerca de 70% dos brasileiros permaneciam no campo - a população urbana só iria superar a rural no fim da década de 1960. Os desníveis de pobreza e desigualdade social entre campo e cidade e entre a Região sudeste e o Nordeste eram imensos, e a situação de carência da população pobre mantinha-se inalterada: faltavam escolas, não havia saneamento básico nem acesso à saúde, o trabalhador rural continuava excluído da legislação protetora do trabalho.

Assim como, a partir dos anos 60, as autoras comentam que:

O Nordeste virou uma espécie de coração do país e a reforma agrária se firmou no topo da agenda política. Proprietários de terras, camponeses e governo engalinhavam-se sobre qual tipo de reforma deveria ser implementada. [...] para os trabalhadores rurais, reforma agrária significava desapropriação de terras improdutivas, superiores a quinhentos hectares; pagamento de indenização com títulos da dívida pública; concessão, sem custos, de terras devolutas aos camponeses; entrega do título de propriedade aos posseiros, e estímulo às cooperativas (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.438).

Sendo assim, nesse contexto, em 1962, de acordo com as autoras “os proprietários de terras eram contrários à reforma agrária” e para conter as pressões o governo federal “criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com poderes de desapropriação e a função de planejar e executar a reforma agrária”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.438, 439).

Posto isso, em “1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo”. Já em 1964, o Presidente João Goulart “assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União”, no entanto, as propostas de João Goulart, não se tornaram realidade, pois foi desposto, tendo

início o ciclo dos governos militares no Brasil. (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010, p. 112).

Contudo, de acordo com Cardoso (1997), logo após assumir o poder, os militares incluíram a reforma agrária em suas prioridades e em novembro de 1964, após a aprovação do Congresso Nacional, foi sancionada a Lei n.º 4.504, que tratava do Estatuto da Terra. “No lugar de promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção dos governos militares, foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados” (CARDOSO, 1997, p.19, grifo do autor).

Por sua vez, um projeto grandioso, segundo Schwarcz e Starling (2015, p.454), pretendia integrar a região amazônica ao território nacional. “A construção da Transamazônica, serviu de alavanca para um ambicioso programa de colonização que incluía o deslocamento de quase um milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional”.

Na mesma linha de pensamento, Becker (1998, p. 16,17), diz que “o governo militar incentivou, a partir de 1970, uma migração inter-regional para a Amazônia e lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional”. Entre eles: O Programa de Integração Nacional — PIN (1970), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste-PROTERRA (1971) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA (1974).

Segundo, Cardoso (1997, p. 20) “o PIN e o PROTERRA, foram os programas que merecem maior atenção e aos quais foi destinada uma soma significativa de recursos. Com o propósito de ocupar uma parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica”.

Nesse contexto, os projetos de colonização oficial se iniciaram com o PIN, prevendo-se a sua localização numa faixa de 100 km de cada lado da rodovia federal. Nesse sentido, “só para o Estado do Pará, isto significou a perda de 83 000 000 ha (66,5% desse Estado) para as mãos federais. Através dessa estratégia, o governo federal passa a controlar a distribuição de terras, adquirindo grande poder de barganha” (BECKER, 1998, p. 18, 32).

No entanto, o desempenho do PROTERRA não atingiu os objetivos: o programa desapropriava áreas escolhidas pelos próprios donos, pagava à vista, em dinheiro, e liberava créditos altamente subsidiados aos fazendeiros (CARDOSO, 1997, p. 20).

De acordo com Becker (1998) essa estratégia, retirou o controle da terra dos governos estaduais para o controle do governo central, sob pretexto de ser capaz de solucionar

conflitos sociais, além de absorver produtores sem-terra para povoar a região amazônica. Posto isso,

Vários tipos de projeto, contudo, foram utilizados, cada um com um grau diferente de responsabilidade do (Incra), desde o PIC (Projeto Integrado de Colonização), em que o (Incra) se encarrega de organizar todo o assentamento, inclusive da assistência financeira e técnicas aos colonos, até o Projeto de Assentamento (PA) ou o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), em que sua atuação se reduz até simples demarcação e titulação das parcelas ocupadas espontaneamente. (BECKER, 1998, p.32, grifo da autora).

Sob essa forma, a autora diz que, a migração tornou-se intensa para a região Amazônica, crescendo rapidamente o número de assentamentos e, sem assistência técnica, e como consequência, aumentando os conflitos por terra na região. Sendo assim:

Milhares de migrantes foram atraídos para a região, não só na perspectiva de ganharem terras nos polígonos de colonização, mas também interessados em trabalhar nos grandes empreendimentos amazônicos, financiados ou incentivados pelo governo federal (barragens de Tucuruí e Balbina, construção das estradas, abertura das minas de Carajás, Pitinga, etc.), ou simplesmente na busca de fortuna com o garimpo (como o de Serra Pelada). Uma boa parte dessa massa da população, contudo, permaneceu nas áreas nas quais tinha se instalado, mesmo depois de o encerramento da atividade para a qual fora atraída, criando aos poucos uma importante demanda local por terras. (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010, p. 114,115).

Entre 1970 e 1979, somente 40.000 colonos foram instalados na Amazônia legal (CARDOSO, 1997), um número ínfimo, se comparado com o número de camponeses que demandavam terra no Brasil, [...], no início dos anos 1970, de pelo menos 1,3 milhões de famílias rurais subempregadas no Nordeste. [...] mesmo com uma grande mudança na estrutura agrária nordestina, a Amazônia iria funcionar como “válvula de escape” para pelo menos 300.000 delas (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010, p.115, grifo do autor).

Compartilhando da mesma reflexão, Becker (1998, p. 42, grifo da autora), diz-nos que o local geográfico do conflito era o Nordeste, e a solução consistia na transferência dos “excedentes populacionais” para os projetos de colonização oficial do (Incra), que se sucederam rapidamente nos “espaços vazios” amazônicos. Assim sendo,

Quase parado no final dos anos 1970, o processo de reforma agrária retoma força no início dos anos 1980. Vários conflitos fundiários na região Norte e o medo de que eles pudessem resultar em uma nova guerrilha, com a do (Araguaia), levaram o governo a criar um ministério extraordinário para os assuntos fundiários e dois grupos executivos para resolver as dificuldades: o do Araguaia Tocantins (GETAT) e o do Baixo Amazonas (GEBAM).

Mas os dois grupos pouco fizeram, além da regularização fundiária de posses. Ao mesmo tempo, novos assentamentos continuavam a ser criados, em Rondônia principalmente. No total, 38.000 famílias teriam sido instaladas na Amazônia Legal entre 1979 e 1985, durante o mandato do último presidente do período militar (João Figueiredo), correspondendo a uma média anual de cerca de apenas 6.300 assentados (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010, p.115, grifo do autor).

De todo modo, reforçando os relatos acima colocados, os conflitos que ocorreram no processo de ocupação da Amazônia nas duas últimas décadas evidencia que eles não são

um dado circunstancial, mas sim estrutural, essencial ao tipo de desenvolvimento capitalista do país, pois, ocorreram tanto em período ditatorial como na “transição à democracia”. A ação desigual do Estado, favorecendo grupos empresariais e se omitindo em relação à violência, não elimina os conflitos; pelo contrário, os agrava. (BECKER, 1998 p. 30,38, grifo da autora).

Acrescentemos ainda, nesse contexto, conforme relato de Coca (2014, p. 18,19) que a partir de 1985 o Plano Nacional da Reforma Agrária no governo do Presidente José Sarney, foi encaminhado ao Congresso Nacional, contendo os seguintes objetivos:

Causar profunda mudança na estrutura fundiária do país, por meio da distribuição de terras;

Eliminar progressivamente o latifúndio e o minifúndio, de maneira que o regime de uso e posse atendesse aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade e;

Assentar 1 milhão e 400 mil famílias, privilegiando-se as ações de desapropriação por interesse público e restringindo os projetos de colonização

Entretanto, conforme o autor houve uma intensa oposição à proposta por parte de setores conservadores e latifundiários, contrários à reforma agrária, sendo assim, acabou o governo Sarney cedendo às pressões, tendo parte das propostas alteradas, antes de ser decretada.

Pode-se dizer, portanto, que “dentre as modificações pelas quais passou a proposta uma das que mais a descaracterizou foi a substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesse social, como principal meio de obtenção de terras” (COCA, 2014, p.20). Assim como:

Houve ausência de áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária. Estabeleceu-se que caberia aos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA’S) a incumbência de definir onde seriam implantados os assentamentos rurais. Deste modo, foram constituídas comissões agrárias nos Estados da federação, buscando-se gerar um zoneamento mais democrático, fato que não ocorreu, já que as comissões agrárias e os planos regionais de reforma agrária foram influenciados pela pressão exercida pelos conservadores que atuavam na escala local (LEITE et al.,2004). (COCA, 2014, p.20).

Nesse sentido, “no final do período (1985–1989) apenas 85 mil famílias de trabalhadores rurais foram assentadas (MATTEI, 2012). Para tanto, nesse período foram criados 166 assentamentos na Amazônia legal, o que representava 33,13% do total de 501 no Brasil” (FILOCREÃO e SILVA, 2016, p. 116).

Esse período de acordo com Le Torneau e Bursztyn (2010, p.116) “inaugura uma dimensão importante, que é a instalação de assentamentos em outras regiões do Brasil, e não mais quase que exclusivamente na Amazônia Legal”.

Em termos práticos, a distribuição da terra sofreu poucas alterações durante os anos 80 e em nenhum momento foi posta em prática ação ou políticas que possibilitassem a

efetiva democratização do acesso à terra no Brasil. Apesar de as inúmeras propostas e tentativas de reordenamento fundiário feito durante o governo de Sarney, não obteve um resultado satisfatório, diante da meta prevista em assentar 1 milhão e 400 mil pessoas em todo o país.

Já no governo de Fernando Collor e Itamar Franco (1990 a 1993), foi apresentado um programa de reforma agrária que tinha como objetivo:

1 — Assentar, 50 mil famílias; 2 — desapropriar 2,9 milhões de hectares de terras-dos quais 735 mil já estavam disponíveis; 3 — destinar, por meio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (ProCera), 114 bilhões de cruzeiros para os assentamentos antigos; 4 — emancipar dez mil famílias assentadas; 5 — destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito fundiário a pequenos agricultores; 6 — dar assistência às famílias assentadas e; 7 — descentralizar a reforma agrária, envolvendo Estados, municípios e entidades privadas (COLETTI, 2005) (COCA, 2014, p.26).

No entanto, inicialmente esse programa não foi colocado em prática por causa do impeachment de Fernando Collor em 1992. Importante enfatizar que o governo de Collor, buscou “diminuir o papel do Estado em todas as esferas sociais” (COCA, 2014, p.25). Posto isso, foi no governo de Itamar Franco que era o Vice-presidente, que a Reforma Agrária foi promulgada pelo Decreto n.º 8.629/93. Nesse sentido, “houve um acréscimo no número de assentamentos obtidos, de famílias assentadas e da área destinada à reforma agrária, como também no de ocupações de terras”. (COCA, 2014, p.31).

O programa de reforma agrária implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de (1994–2002), foi apresentado em 1995, “propôs um novo programa de desapropriação e aquisição de terras, com a meta de assentar 280.000 famílias em quatro anos” (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010).

De acordo com Le Tourneau e Bursztyn, essa meta foi quase atingida. Durante o seu segundo mandato, uma meta semelhante foi fixada. “Mais de 400.000 famílias acabaram sendo assentados durante os oito anos do governo FHC” (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010).

Nesse contexto, conforme o argumento de Coca (2014, p. 26) a seguir:

No segundo mandato, foi adotada uma postura diferente do primeiro mandato dado aos movimentos socioterritoriais. Enquanto no primeiro houve tentativa de conter os conflitos pela terra por meio da implantação de assentamentos rurais, no segundo a tática foi a repressão. Isso porque, no primeiro mandato acreditava-se que o assentamento dos trabalhadores que demandavam por terra solucionaria a questão agrária, todavia, quanto mais assentamentos eram criados mais aumentavam os números de ocupações de terras.

Desse modo, “durante o governo de FHC foram criados na Amazônia legal 1551 assentamentos, o que representava 36,24% do total de 4.279” (FILOCREÃO, 2016, p.151, apud INCRA, 2015).

A partir de 2003 com a posse de Luís Inácio Lula da Silva (LULA), foi elaborada o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), abrangendo diversos segmentos sociais que “habita os municípios rurais e que se dedicam às atividades não agrícolas” (BRASIL, 2004).

Assim como, respeitando as peculiaridades regionais de cada região do país, apresentando as seguintes propostas, conforme Coca (2014, p.42):

A reforma agrária deveria ser concebida como política de desenvolvimento e não como política compensatória;

A reforma agrária deveria ocorrer por meio de desapropriação de terras e desvinculadas do crédito fundiário;

Assentar 1 milhão de famílias;

Deveriam ser oferecidas políticas de financiamento aos assentados em todas as etapas de formação dos assentamentos, como meio de garantir sua autonomia econômica.

Diante do contexto, o autor argumenta que nos assentamentos rurais, algumas ações que visaram “melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiárias foram implantadas, com destaque para o Programa Luz para Todos” (COCA, 2014, p. 45).

Sob essa forma, o autor, argumenta que o número de ocupações de terras no governo (Lula) de 2003 a 2010, corresponde a 3.620 ocupações, correspondendo a 476.543 famílias assentadas. Já a criação de assentamentos, corresponde a 3.623, beneficiando 416.623 famílias, assim como, 2.395 assentamentos foram obtidos, atendendo a 236.847 famílias.

Nesse sentido, Coca (2014) diz que “a área dos assentamentos criados por Lula é o dobro da área que foi destinada à reforma agrária pela criação de assentamentos nos governos Sarney, Collor/Itamar e FHC” (COCA, p.46).

Desse total, segundo Filocreão e Silva (2015, p.115), “1.411 projetos estavam localizados na Amazônia legal”.

Nesse sentido, complementa Le Tourneau e Bursztyn (2010, p.117) que:

[...] os assentamentos do INCRA na Amazônia continuam superando os das outras regiões. Dos 8.200 assentamentos cadastrados no SIPRA até 31/12/2008, 3.019 são na Amazônia Legal, totalizando 655.325 lotes (do total de 1.012.471, ou 67,7%) e 44,24 milhões de hectares (do total de 54,3 milhões, ou 81,4%). Desde 2003, quase 64% dos lotes abertos se localizam na Amazônia Legal e 55% na Amazônia, sem o estado do Maranhão, onde reside menos de 14% da população rural brasileira.

Também é necessário ressaltar que na gestão de Dilma Rousseff (2011-2015), de acordo com Filocreão e Silva (2015), “foram criados 608 assentamentos. Desse total, 222 projetos estão situados na Amazônia Legal, o que representa 36,24% somente para a região”. Conforme tabela 8.

Tabela 7 – A criação de assentamentos rurais no Brasil e na Amazônia por períodos.

Período	Brasil	Amazônia Legal	% na Amazônia Legal
Antes de 1970	9	1	11,11
1970-1978	17	14	82,35
1979-1984	42	21	50,00
1985-1989	501	166	33,13
1990-1994	363	131	36,09
1995-2002	4.279	1.551	36,25
2003-2010	3.529	1.411	39,98
2011-2016	608	222	36,51
Total	9.348	3.517	37,62

Fonte: FILOCREÃO, 2016, apud INCRA (2016). Org.: autores.

Por sua vez, a Tabela 9 mostra que, “considerando o total geral ou por período avaliado, o Pará é o estado onde mais foram criados assentamentos entre 1970 a 2015. No outro extremo, o estado do Amapá registrou o menor quantitativo, sendo que no período 2003 a 2010, no governo (Lula), houve mais criações desses assentamentos” (588). (FILOCREÃO e SILVA, 2015, p. 117, apud INCRA, 2015).

Tabela 8 - Assentamentos criados nos estados da Amazônia legal no período 1970-2015.

Período	Acre	Amapá	Amazonas	Rondônia	Roraima	Mato Grosso	Pará	Tocantins	Maranhão
1970-1978	2	-	2	7	-	-	2	-	1
1979-1984	5	-	1	4	2	9	-	-	-
1985-1989	10	3	9	15	1	34	34	34	26
1990-1994	7	1	13	9	2	11	36	27	25
1995-2002	60	26	20	101	27	307	384	179	447
2003-2010	64	10	95	58	34	173	588	126	263
2011-2015	13	14	6	30	1	15	88	13	43
Total	161	54	146	224	67	549	1.132	379	805

Fonte: INCRA (2016, apud FILOCREÃO e SILVA, 2015).

Face o constatado, podemos dizer que na Amazônia, segundo Filocreão e Silva (2015) dos 88.462.104,23 hectares ocupados por assentamentos no Brasil, 77.483.317,86 hectares estão situados na Amazônia legal, o equivalente a 87,63% das áreas de assentamentos do país.

Nesse sentido, Le Tourneau e Bursztyn (2010, p.124), argumentam que dentre as razões pelas quais a Amazônia permanece a região mais usada para fins de reforma agrária, “pode-se destacar primeiramente questões de ordem política. [...], dados os parâmetros das negociações que persistem no panorama político-partidário e para os interesses ruralistas”.

Tabela 9 - Números de assentamentos na Amazônia legal em relação ao Brasil.

Tópicos considerados	Brasil	Amazônia	Amazônia Legal (%)
Nº de assentamentos	9.348	3.517	37,62
Capacidade de famílias	1.184.331	786.545	66,41
Famílias assentadas	976.517	627.310	64,24
Área dos assentamentos	88.462.104,97	77.483.318	87,59

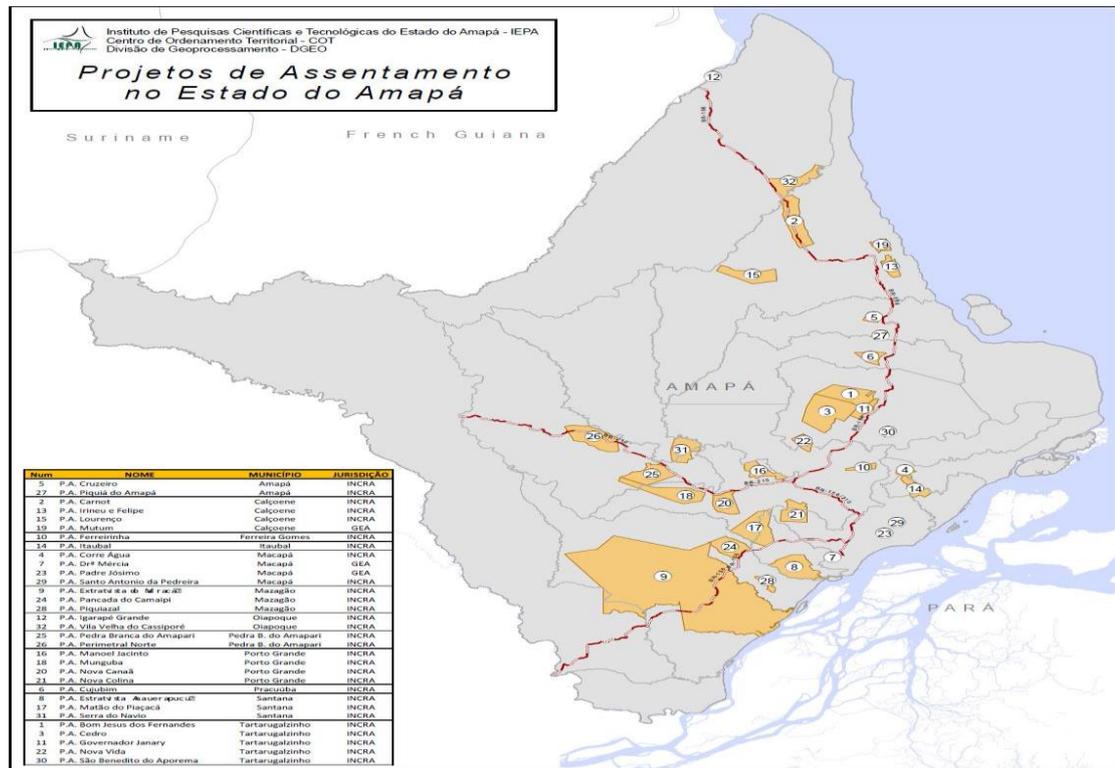
Fonte: INCRA (2016, apud FILOCREÃO e SILVA, 2015).

3.2 O programa luz para todos e a reforma agrária no Amapá no contexto da Amazônia

Posto isso, “os projetos de assentamentos rurais começaram a ser instalados no Amapá no final da década de 1980, [...] pelo INCRA e foi constituída nas ações do (I PNRA), elaborado após o final de o governo militar pelo decreto n.º 91.766/85, que foi executado no quadriênio 1985–1989” (NASCIMENTO, 2009).

No entanto, foi a partir de 1987 que intensifica a política de assentamentos no estado. Hoje, o estado do Amapá, possui 53 projetos de assentamentos rurais, onde residem um total de 18.652 famílias, em uma área de 2.224.755,99 hectares. Esses assentamentos estão presentes nos 16 municípios do estado. Conforme figura 4.

Figura 4 – distribuição dos assentamentos no Estado do Amapá.



Fonte: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA, 2012.

O estado do Amapá possui uma área total de 142.828,521 km² e sua divisão jurisdicional de terras estão distribuídas da seguinte forma, conforme tabela:

Tabela 10 – Distribuição de Terras Públicas no Amapá.

Instituição	Área/ha	%
Incra	4.914.871,23	34,4%
Ibama	6.434.346,63	45,0%
Funai	1.183.838,00	8,3%
Governo do Amapá	1.708.672,00	12%

Fonte: IMAP (2010)

Cabe ressaltar ainda, de acordo com Nascimento (2009), o Ministério da Defesa possui uma área de 15.681,78 hectares, os municípios do estado 12.740,00 ha, e a Eletronorte possuem 11.304,30 ha.

Posto isso, de acordo com o INCRA (2016), “a autonomia estadual sobre a administração do seu patrimônio fundiário só recentemente está sendo concretizada com a regulamentação da Lei n° 10.304/2001, pelo Decreto n° 8.713/2016, que transfere as terras da União para o domínio do Estado do Amapá”.

Historicamente a União teve um papel importante no ordenamento territorial do Amapá, pois era responsável pela gestão de aproximadamente 80% das terras do Estado, exercendo forte influência na destinação desse território. Esse aspecto evidencia a fragilidade de governança do estado do Amapá em delinear a destinação e uso de seu patrimônio fundiário. (INCRA, 2016).

Com a medida, o governo do Estado prevê aumentar a produtividade de agricultores que, regularizados, terão acesso às políticas de estímulo, como créditos financiados por programas federais, que deverá permitir maior autonomia na definição de políticas produtivas locais, com a condição de proporcionar a legitimação de uso de terras públicas.

3.3 Realidade socioeconômica dos assentamentos rurais do Amapá

O modelo de assentamento rural que foi implementado no Amapá sob a responsabilidade do (Incra) que ocorreu nos anos 80 quando o estado ainda era território, organizou e estimulou a destinação de terras para agricultores e extrativistas, em que cada família ganhou um pedaço de terra. Sendo assim,

Após conquistarem à terra, os assentados defrontaram-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto às organizações econômica e social no assentamento. Muitas famílias, nem sequer possuíam os meios básicos para os trabalhos mais simples das lidas do campo, algumas ferramentas essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares eram precários e ainda a falta de crédito adequado, sementes e orientação técnica, tornavam impossível a sobrevivência das famílias isoladas (VALADARES et al., 2011).

Nesse contexto, os assentados são dependentes de apoio governamental e necessitam de políticas de crédito, assistência técnica, acesso à terra.

Dessa forma, para serem bem-sucedidos, os projetos de assentamentos rurais necessitam de planejamento e estruturação em áreas localizadas em solos férteis, com apoio financeiro na implantação, para a compra de equipamentos e, principalmente, com orientação técnica que forneça o suporte necessário para as atividades produtivas, de agregação de valor e comercialização. Condições essas, que muitas vezes não são contempladas ou apenas parcialmente aplicadas nos projetos já implantados (SANGALLI et al., 2013).

Posto isso, os assentados no estado do Amapá, receberam inicialmente algumas formas de apoio para permanecer no campo. Uma das primeiras ações disponibilizadas pela estrutura governamental conforme Silva et al. (2012), foi à aplicação de créditos para instalação, sendo este o apoio inicial visando à aquisição de materiais para a construção de moradias, além de prover a infraestrutura básica de acessibilidade para os assentados, assim como, à demarcação dos lotes e a titulação dos mesmos. Desse modo, a maioria dos

assentamentos surgiu espontaneamente, a partir da invasão de terras públicas por grupos de pessoas, especialmente de nordestinos (PPCDAP, 2009; SILVA et al., 2012).

De acordo com o Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amapá (PPCDAP, 2009), grande parte dos assentamentos existentes no estado surgiram de forma aleatória em diversos locais do estado.

Desse modo, outros serviços e ações são, apesar de timidamente, realizados pelo governo, como o apoio a produção por meio de fomentos e incentivo à obtenção de créditos, principalmente, os de origem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os serviços de assistência técnica em consonância com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (RURAP), e outras ações que visam o bem-estar dos assentados, sejam no aspecto social, econômico, político e ambiental. (SILVA et al., 2012, p.08).

Contudo, os assentamentos em sua grande maioria ainda são caracterizados pela desigualdade espacial, em situação de pobreza e exclusão social, despossuídos de infraestrutura social e produtiva, qualidade de vida, desguarnecidos de equipamentos e serviços públicos, tais como: restrito apoio técnico para às atividades produtivas rurais, problemas nas estradas vicinais de difícil acesso, de energia elétrica, créditos agrícolas, dentre outros.

Aliado a deficiência de infraestrutura, incentivos, de organização e garantia da produção e comercialização, além da pouca vocação (domínio técnico) dos assentados para a agricultura, tem provocado o registro de alta taxa de evasão nos assentamentos. Em alguns casos, 50% dos assentados retornam para as cidades. Calcula-se que perto de 80% das famílias que abandonam os assentamentos procuram a capital do estado Macapá para fixar residência, contribuindo para o inchaço populacional da cidade (PPCDAP, 2009, RURAP, 2010).

Outro fator, de acordo com o PPCDAP (2009), o uso da terra nos assentamentos segue um modelo vigente no restante do Estado, iniciando pela extração da madeira e produção de lenha, queimada, seguida pela introdução de pequenas roças de mandioca, base econômica de todas as propriedades do estado. Nesse sentido, maior parte dos assentamentos localiza-se próximo das estradas e ainda “convivem com baixíssima assistência técnica e apoio creditício” (PPCDAP, 2009). Assim como, trabalham na sua maioria, de forma desorganizada, empírica, sem utilização das tecnologias disponíveis, e, principalmente, sem registrar e sem avaliar o desempenho econômico e financeiro da atividade produzida.

Outra visão que resulta desta análise, é a regularização das terras e emissão de títulos, sendo um dos problemas cruciais para manter o assentado no campo. A falta de cadastro fundiário da terra tem sido grande empecilho à definição de políticas fundiárias no estado de acordo com o (Incra).

Por falta de regularização das terras, “o Estado deixa de usufruir de benefícios que são importantíssimos para o crescimento da dinâmica econômica, entres eles podem-se citar”:

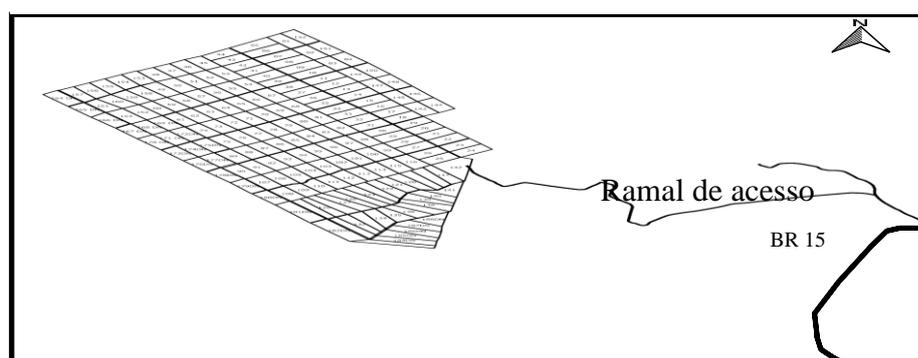
O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), — que são linhas de créditos — que, para serem acessadas, têm como um de seus pré-requisitos a regularização fundiária. A estas limitações, soma-se a restrição imposta pelo Instituto do Meio ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá — IMAP que não mais aprova planos de manejo em terras não tituladas. A ausência de regularização fundiária vem acarretando conflitos fundiários, a grilagem e venda de terras públicas, crimes ambientais, evasão de tributos e perda de créditos bancários para atividades do setor primário, devido à falta de documentos que garantam a titularidade da terra. (PPCDAP, 2009).

Observamos, além disso, de acordo com Filocreão e Silva (2012), a estrutura educacional nos assentamentos, e os serviços de saúde, são essenciais e precisam ter um olhar diferenciado por parte do poder público, pois, a insuficiência destes, causa transtornos para os assentados e dificulta sua permanência no campo. Muitos assentamentos de acordo com autores, não possuem escolas e postos de saúde e os assentamentos que possuem esses serviços, não são adequados e suficientes para atender a demanda.

3.4 Os efeitos socioeconômicos do programa luz para todos no assentamento Nova vida e como essa política pública influenciou no desempenho da região

O assentamento Nova Vida está localizado no município de Tartarugalzinho, no entanto, a sede municipal do município encontra-se a 98 km de distância do assentamento e a 60 km do município de Ferreira Gomes.

Figura 5 – Mapa do Assentamento Nova Vida.



Fonte: INCRA/AP (2019)

Criado pela Portaria/INCRA — n.º 46 de 03 de agosto de 1998, o assentamento possui 83 unidades agrícolas familiares, o acesso ao assentamento se dá por meio de ramal não pavimentado (piçarra) com extensão de 18 km da BR-156, até a vila, onde parte dos

assentados optou pela residência, enquanto outros se distribuem de maneira mais dispersa, pelas Linhas A, B, C, D e F.

Figura 6 – Assentamento Nova Vida – Município de Tartarugalzinho - AP



Fonte: Acervo da autora, 2019

No trabalho de campo foram entrevistados 15 responsáveis pelos domicílios que moram no assentamento. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória com objetivo de obter dados qualitativos e quantitativos para melhor entender a atual situação do assentamento. A coleta de dados baseou-se em um questionário versando sobre as características socioeconômicas das famílias e a situação da energia elétrica no assentamento. Foram utilizadas as variáveis fonte e estimativa de renda familiar, assim como a faixa etária, a origem dos assentados, escolaridade, tamanho da família, saúde, transporte, condições de moradia, produção e comercialização.

No que tange à sua composição, constatou-se que a maioria dos entrevistados é representada por indivíduos do sexo masculino (53,33%) e (46,67%) do sexo feminino. Em relação ao local de residência, (40%) moram na agrovila, (60%) em lotes.

A idade dos entrevistados variou de 23 a 74 anos, sendo que (46,67%) encontram-se na faixa de idade entre 40 a 50 anos. Até 29 anos, destacam-se, (20%) entre 30 a 40 anos (20%) e com mais de 60 anos, totalizam (13,33%).

Quanto as características dos lotes, verificou-se que (86,66%) possui documento de titularidade do lote. Já (13,34%) não possui titulação.

Quanto ao tempo de moradia na área, a (maioria) 60% dos entrevistados são os primeiros proprietários, desde 1998 e (40%) estão em torno de dez anos no assentamento.

Quanto a dinâmica populacional, a maioria dos chefes de família (60%) é de origem da região nordeste, principalmente do estado do Maranhão, (26,76%) do estado do Amapá e (13,33%) das ilhas do estado do Pará. A maioria das famílias em média é composta por até três membros (53,33%), e as demais com quatro pessoas ou mais (46,67%).

Em relação à moradia (53,33%) possuem casas de alvenaria com reboco e piso, (33,33%) possuem casas de alvenaria sem reboco e piso inacabado, (6,67%) de madeira, (6,67%) casa mista.

Verificou-se que (73,33%) das famílias obtém renda dentro do lote, as demais (26,67%) possui renda decorrente de programas sociais, pensões e aposentadorias.

Sobre os beneficiários assistenciais/previdenciários (32,58%) recebem a bolsa família, os demais (67,42%) não recebem o benefício. Em relação à aposentadoria rural, (24,72%) recebem e (75,28%) não.

A média da renda agrícola por ano na maioria é composta da renda adquirida no lote. A maioria dos entrevistados (80%) obtém renda do lote inferior a um salário mínimo ao mês e ao ano chegam receber em média R\$ 8.600,00 reais.

A principal atividade de produção do assentamento é a agricultura de subsistência. As atividades mais significativas é farinha (33,33%), açaí (20%), peixe (20%), frango caipira (13,33%). As demais rendas (6,67%) são de plantação de cupuaçu e banana (6,67%). Muitos cultivos ou criações são apenas para o autoconsumo familiar, como no caso da criação de frangos. Já a farinha de mandioca, açaí e o peixe são utilizados para o consumo e a comercialização. Essas atividades são praticamente, baseadas na mão de obra familiar, onde toda a família participa das atividades produtivas.

Outro fator relevante na comercialização é a extração de fruto do açaí nativo, cuja produção foi altamente enfatizada pela comunidade, pois, além de constituir uma importante fonte de alimentação local, se constitui em importante fonte da renda do assentado. Para extrair a polpa do açaí, é necessário utilizar energia elétrica para movimentar a máquina (batedeira de açaí).

Em relação à agregação de valor à produção, existem experiências de beneficiamento da produção agrícola como a polpa do cupuaçu que é vendida para escolas da rede pública. Para (57%) trabalham com o beneficiamento, porém (43%) não.

O escoamento da produção de muitos dos assentados (80%) é feito através de um caminhão que vai ao assentamento a cada 15 dias.

Em relação à piscicultura no (assentamento) Nova Vida são produzidos uma das maiores produções de peixes em cativeiro do Amapá, cerca de 18 toneladas por ano, que

abastecem os mercados de Tartarugalzinho e dos municípios vizinho Ferreira Gomes e Porto Grande. São 17 tanques do qual existem diversas espécies de peixe e o Pirarucu¹⁵, é o que tem melhor interesse nos mercados internacionais.

Nesse sentido, apenas (20%) dos assentados obtém renda mais de oito salários mínimos R\$ 7.632,00 ao mês, proveniente, principalmente da venda de alevinos de pirarucu.

Figura 7 – Criação de Alevinos de Pirarucu no Assentamento Nova Vida.



Foto: Acervo da autora, 2019.

De modo geral, observa-se que predominam pequenas roças de lavouras anuais, destinadas principalmente ao cultivo da mandioca, em alguns casos consorciadas com outras culturas. Desse modo, são os produtos que fazem parte dos costumes tradicionais, como a fabricação da farinha de mandioca, que origina outros derivados como o tucupi, goma de tapioca e farinha de tapioca. O excedente da produção depende principalmente da comercialização nas feiras da capital do estado Macapá e áreas adjacências. Sendo assim, a energia elétrica propiciou significativas melhoras no assentamento. A casa de farinha recebeu equipamentos elétricos modernos, tornando a produção mais eficiente e lucrativa.

Em relação às condições de vida dos assentados, muitos relatam que a melhoria dos ramais e vicinais, além do transporte, compõem as principais reivindicações e sugestões de melhoria para poder escoar a produção.

¹⁵ Nome científico Arapaima Gigas - O pirarucu é um dos maiores peixes de águas doces fluviais e lacustres do Brasil. Pode atingir três metros e seu peso pode ir até 200 kg. É um peixe que é encontrado geralmente na bacia Amazônica, mais especificamente nas áreas de várzea, onde as águas são mais calmas (WIKIPÉDIA). “O alevino dessa espécie é vendido com 12 centímetros e custa R\$ 12,00 reais cada”. (Mario Gonçalves, 2019)

De maneira mais geral, os principais problemas vivenciados e relatados em relação à dinâmica produtiva foram: 1) condições precárias de trafegabilidade nos ramais e estradas vicinais; 2) falta de regularidade do transporte para escoar a produção; 3) insuficiência de assistência técnica sistemática e falta de novas tecnologias para o uso na terra; 4) dificuldade de acesso ao crédito e subsídios agrícolas insuficientes; 5) baixo grau de informação de atividades técnicas; 6) precária condição da ponte de madeira que dificulta o acesso para os lotes, entre outros.

Observou-se que a assistência técnica é insuficiente, dificultando o melhor desempenho produtivo dos assentados. Sendo assim, a maioria (66,67%) relata que os técnicos do Instituto de Extensão Rural do estado — RURAP dificilmente aparecem no assentamento e os demais (33,33%) dizem receber visitas de técnicos.

Vale considerar que o assentamento Nova vida possui uma associação, da qual uma maioria (53,33%) participa ativamente, cerca de 26,67% não participa, enquanto outros 13,33% informa participar de outras organizações. 30% dos que participam dizem que a associação desenvolve um bom trabalho. No entanto, para 70%, precisa haver mais cooperação entre os associados.

Em relação às condições sanitárias e de higiene, 80% dos entrevistados relatam que fazem a queima dos resíduos sólidos, enquanto 20% preferem enterrá-los. No que tange ao destino dado aos dejetos humanos, 60% dos entrevistados informam possuir fossa séptica e 40% possuem fossa negra.

Quanto ao lazer, 70% dos entrevistados utilizam o rio para banhos recreativos, outros 20% praticam futebol e 10% vão para sítios de amigos.

No que diz respeito à questão educacional, o assentamento possui uma escola, onde pela parte da manhã funciona o ensino infantil e pela parte da tarde os ensinamentos fundamental e médio. Os entrevistados relatam que com a energia, possibilitou-se a instalação de ventiladores, aparelhos de Data show, computadores, entre outros, melhorando a infraestrutura escolar e a qualidade das aulas. Entretanto, sob a alegação de que há carência de recursos humanos, justo agora que há energia elétrica, desde 2016 a escola deixou de funcionar no período noturno.

No que se refere à escolaridade, 33,33% entrevistados dizem possuir ensino médio completo, outra parte equivalente possui o ensino fundamental incompleto (33,33%), os demais apenas ensino médio incompleto (26,67%) sendo que apenas uma pessoa entrevistada possuía curso superior completo (6,67% do total).

De acordo com os entrevistados, a saúde é outro grande problema no assentamento. O único posto de saúde que o assentamento tem foi paralisado desde 2016 quando fechou para reforma e nunca mais foi reaberto. Os assentados procuram o posto de saúde mais próximo no município de Ferreira Gomes que fica 60 km. Para enfrentar situações de emergência, dos 60% dos entrevistados dizem não dispor de meio de transporte próprio, tendo que solicitar a colaboração de vizinhos ou algum transporte clandestino.

Em relação ao acesso à energia elétrica, objeto de estudo desta dissertação, os entrevistados do assentamento Nova Vida foram questionados sobre a satisfação com a vida no assentamento após a implantação de energia elétrica a partir da execução do PLpT. Todos os entrevistados responderam estar satisfeitos, argumentando que a energia elétrica era a principal reivindicação do assentamento, já que até então as principais fontes de iluminação utilizadas nas suas residências eram as lamparinas a querosene, as velas e os lampiões.

Alguns anos antes da conexão à rede de energia elétrica, o assentamento conseguiu um gerador de eletricidade movido a diesel, instalado pela INCRA, e que funcionava por algumas horas durante a noite (das 18h às 22 horas). Entretanto, como não existia um fornecimento regular de óleo por parte do INCRA, por diversas vezes e por longos períodos, essa alternativa não funcionava.

Outro problema que foi superado com a chegada da energia foi o do transporte de água. Antes do PLpT, a água que consumiam era do rio que carregavam em latas e depositavam no pote, para beber. Com a eletricidade, não apenas foi possível bombear a água, como também mantê-la resfriada em geladeiras, que se fizeram acompanhar de outros eletrodomésticos e que foram fundamentais para a conservação de alimentos, antes só possível por meio da salga.

Já as ruas, que eram escuras, iluminadas por fogueiras. O meio de comunicação que havia era o rádio de pilha, no qual se escutava a Voz do Brasil, a Rede Nacional de Rádio - um programa do Governo Federal transmitido de segunda a sexta, das 19h às 20h, ao vivo, por satélite. Esse estilo de vida é bastante comum no interior da região amazônica, o cotidiano de muitas comunidades ainda segue este estilo de vida.

Com a chegada do PLpT no assentamento, entretanto, todas as residências foram integradas à rede de fornecimento de energia elétrica. Segundo os entrevistados, isso fez as condições de vida melhorar e foi fundamental não apenas pelo acesso à eletricidade em si, mas também por promover melhorias na oferta de outros bens públicos e para o desenvolvimento geral do assentamento.

Quando questionados sobre quais os impactos positivos do PLpT no seu cotidiano e no seu bem-estar, 100% dos entrevistados disseram que perceberam um incremento em sua renda, outros 93,33% destacaram o maior acesso à informação, 86,67% mencionaram o conforto, 66,67% a segurança, 60% a iluminação pública, 40% as melhorias na qualidade da escola/educação e 33,33% na saúde.

Além disso, todos os entrevistados relataram que houve um desenvolvimento de novas atividades produtivas no assentamento em virtude da implantação da rede de energia, os quais foram beneficiados pelo uso de eletrodomésticos, de equipamentos para a irrigação, conservação de produtos (agropecuária, pesca, polpa de frutas), beneficiamento e armazenamento da produção, assim como, aumento no rendimento médio dos trabalhadores.

Ao serem questionados sobre quais eletrodomésticos possuem, praticamente 80% dos entrevistados disseram ter televisão, geladeira, ventilador, freezer, máquina de lavar, liquidificador e antena parabólica. Entre os demais, relatam que possuem também ar condicionado, máquinas elétricas de carpintaria, fogão elétrico, frigobar, batedeira de açaí, aparelho de som, dentre outros.

Devemos acrescentar ainda que questionados se há problemas de interrupção elétrica e em quanto tempo a equipe de manutenção chega no assentamento, relatam que semanalmente há interrupções e que varia de um, a dois dias para serem atendidos e que comunicam a empresa através de celular rural.

Tudo considerado, para a maioria dos entrevistados (46,67%) o fornecimento de energia é considerado bom, para 40% é regular, para 6,67% ótimo enquanto para 6,67% é ruim.

Em linhas gerais, conforme Ribeiro (2017) a literatura dedicada a investigar efeitos de investimentos em infraestrutura no desenvolvimento socioeconômico de municípios, estados e regiões do Brasil indicam um razoável consenso. Todos os trabalhos encontram evidências de que investimentos em infraestrutura são positivos “para a promoção do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico”.

Conforme também destacam Araújo, Campelo e Marinho (2013) os estados brasileiros que receberam investimentos públicos em infraestrutura (transporte, comunicação, saúde, saneamento e energia) durante os anos de 1995 a 2009 registram impactos positivos e significativos sobre a redução da pobreza. Além disto, verificaram que o aumento de investimento em infraestrutura eleva a escolaridade média da população, bem como amplia as receitas municipais, aumenta o nível de atividade econômica e reduz as taxas de desemprego (ARAÚJO, et al., 2013, apud, RIBEIRO et al., 2017).

Por razões semelhantes, Kageyama e Hoffmann (2006), em uma análise multidimensional da pobreza no Brasil, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), verificaram que, entre 1993 e 2004, houve crescimento econômico pro-pobre no país. Os autores sugerem que a extrema pobreza está associada ao subdesenvolvimento de algumas regiões marcadas, além de outras coisas, por uma série de restrições de acesso a serviços ligados a condições de infraestrutura, luz elétrica e saneamento básico (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006, apud, RIBEIRO et al., 2017).

Por fim, Cruz, Teixeira e Braga (2010) apontaram, via método de painel dinâmico, que a eficiência dos gastos públicos em educação, saúde, estradas e energia melhoram os níveis do capital humano e físico no país, cujos avanços elevam a renda per capita e a produtividade total dos fatores. Além disto, os autores observaram que os gastos nestas categorias geram crescimento econômico com redução da pobreza (CRUZ et al., 2010, apud, RIBEIRO et al., 2017).

4. CONCLUSÕES

A partir dos dados e resultados apresentados ao longo dessa dissertação nossa preocupação central foi identificar os potenciais efeitos econômicos e sociais decorrentes da implantação do programa Luz para Todos nos assentamentos rurais do Estado do Amapá, bem como avaliar quais impactos produziram sobre os indivíduos que foram beneficiados pelo programa.

Ao final concluímos que no período em questão houve de fato uma estreita relação entre acesso à energia e a diminuição da pobreza. Para chegar a esta conclusão e atingir aos objetivos propostos, recorremos a diversos autores, assim como, a um estudo de caso no Assentamento Nova Vida, para identificar os principais efeitos socioeconômico e as transformações sociais ocorridas no assentamento após a implantação do Programa Luz para Todos.

Respondendo à pergunta que norteou a pesquisa relatada na presente dissertação - em que medida o Programa de Políticas Públicas Luz Para Todos implantado nas comunidades rurais do estado do Amapá mudou de fato a vida dos atores beneficiados? - podemos dizer que percebemos claras melhorias das condições de vida dos assentados possibilitadas pelo acesso regular à rede de energia elétrica, ampliando a agregação de valor

da produção, o rendimento escolar, a vida cotidiana nos domicílios, o acesso aos meios de comunicação e à informação. Além disso, a partir dos diversos relatos, é possível dizer que a chegada da eletricidade promoveu inclusive mudanças comportamentais, nas atitudes, motivando famílias a permanecer no campo e desenvolver atividades produtivas por lá, já que os assentamentos representam uma alternativa importante de trabalho e de geração de renda.

Com tudo isso, observou-se o resgate da cidadania, da autoestima das famílias que antes viviam à margem dos circuitos de desenvolvimento econômico e tinham bloqueadas as suas possibilidades de mobilidade social.

Face a esse conjunto de elementos, as evidências apontam que os efeitos socioeconômicos foram bastante positivos para a comunidade do Assentamento Nova Vida, demonstrando que o Programa Luz para Todos constituiu uma importante política pública, com grande alcance social e econômico, fundamental para a superação da exclusão social e da pobreza.

Por fim, é importante assinalar que milhares de famílias do estado do Amapá ainda se encontram sem acesso regular à rede de energia elétrica, o que recomenda a necessária permanência das políticas da União como indutoras do desenvolvimento local, catalisando os demais entes federativos, as variadas instituições públicas e privadas e da sociedade civil, para seguir buscando a universalização da eletricidade, tal como ocorreu até aqui nas localidades que foram contempladas com o Programa Luz para Todos.

Vale lembrar que a Amazônia carrega uma pesada herança histórica de desequilíbrios sociais e regionais, assim como, de conflitos pela terra. As pessoas que vieram para a Amazônia, principalmente em decorrência da imigração na época da colonização, foram atraídas pela construção de várias obras de infraestrutura para ocupar a região.

Quando os imigrantes chegaram eram enviados mata adentro, na condição de assalariados ou para resolver conflitos por terra de outras regiões do país. Alguns com o tempo adquiriram grandes extensões de terra, enquanto outras famílias pobres seguiam vagando de lugar em lugar, buscando uma alternativa para se estabelecerem. Este último contingente da sociedade, quando apoiado pelas experiências de distribuição de terra, conseguiram se estruturar em pequenas propriedades familiares, enfrentaram inúmeras dificuldades para garantir a sua reprodução econômica e social, adotando estratégias de diversificação de culturas para garantir o consumo local e a geração de renda.

A luta por melhoria da infraestrutura física e social dos assentamentos, assim como a luta pela reforma agrária, são lutas antigas e meritórias, mais do que justificáveis pela enorme dívida social que marca a história do Brasil. A energia elétrica, uma das principais

reivindicações dos trabalhadores rurais, é como acreditamos ter demonstrado, é uma conquista importante daquelas lutas, fundamental para aumentar a produtividade da agricultura familiar, bem como garantir o sustento e o bem-estar das famílias assentadas.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução n.º 223. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27. 10. 2.004.

ANEEL. **Plano de operação e plano anual de combustíveis dos sistemas isolado-2009**. Nota técnica n.º 005/2009. SRG — SER/ANEEL.

ARAÚJO, A. C. M. **Perdas e inadimplência na atividade de distribuição de energia elétrica no Brasil**. 2007. Tese de Doutorado em Planejamento Energético-COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

BARBOSA, Nelson. **A inflexão do governo (Lula): política econômica, crescimento e distribuição de renda**. Mime-os.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A Economia Política do Novo Desenvolvimentismo e do Social Desenvolvimentismo**. In: Revista Economia e Sociedade, n.21, dez. 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Razões econômicas não economicistas do golpe de 1964**. Texto para Discussão 229, Unicamp, 2014.

BECKER, B. K. **Amazônia: desenvolvimento e soberania: Brasil — o estado de uma nação, uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do país**: IPEA, 2005.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 2009.

_____. **Programa Luz para Todos**. Pesquisa quantitativa domiciliar de avaliação da satisfação e de impacto do programa Luz para Todos: principais resultados, julho 2009. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2009.

_____. **Universalização do acesso e uso da energia elétrica no meio rural brasileiro: lições do Programa Luz para Todos / IICA— Brasil**: IICA, 2011.

_____, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas, n. 12, p. 135-159,2001.

_____. Ministério de Minas Energia. Portaria no 628, de 3 de novembro de 2011. **Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos para o período de 2011 a 2014** (anexo). Brasília: MME, 2011.^a

_____. Decreto Federal n.º 4.873. Institui o Programa Nacional de Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz Para Todos” e dá outras providências. **Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 12 de nov. 2003.

_____. Decreto Federal n.º 6.442. Da nova redação ao artigo n.º 1 do decreto n.º 4.873, de 11 nov. 2003, [...] para prorrogar o prazo ali referido. **Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 28 abr. 2008.

_____. Decreto Federal n.º 7.324. Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto no 4.873, de 11 de novembro de 2003, que **institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica**. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 6 ago. 2010.

_____. Decreto Federal n.º 7.520, de 8 de julho de 2011. **Prorrogação do Programa Luz Para Todos, até o ano 2014, em todo o país**. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 11 jul. 2011.

_____. Decreto Federal n.º 8.387. Altera o Decreto n.º 7.520, 8 jul. 2011, que **institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica**. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 31 dez. 2014.

_____. Ministério de Minas e Energia. Portaria no 447, de 31 de dezembro de 2004. **Manual de Operacionalização Revisão n.º 1** (anexo). Brasília: MME, 2004. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria / Organizadores:** Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. — Brasília: MDS, 2014.848 p.: gráfs, mapas, tabs.

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão e Sociabilidade Capitalista: Um ensaio sobre inércia social**. Novos Estudos, 80. Março, 2008.

CARDOSO, B. F.; OLIVEIRA, T. J. A. D.; SILVA, M. A. D. R. **Eletrificação Rural e Desenvolvimento Local**. Uma Análise do Programa Luz para Todos. Desenvolvimento em Questão, Jan./abril, 1997, p. 117 – 138.

CARDOSO, Fernando H. **Reforma Agrária-Compromisso de Todos**. Brasília, 1997.

CARDOSO, M. **Passos básicos de como escrever uma introdução de artigos científicos**. Disponível em: Acesso em: 04 abr. 2016.

CARNEIRO, Ricardo. **Globalização e inserção periférica**. In: Textos para Discussão 126, Unicamp, 2007.

CARTAXO, E. F. **Fornecimento de energia elétrica a comunidades isoladas da Amazônia: reflexões a partir de um estudo de caso**. [S.l.]: [s.n.], 2000. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. Campinas, 2000.

CARTAXO, E. F.; COELHO, I. M. H. D. V.; PAIXÃO, V. **Sustentabilidade do programa “Luz Para Todos” no estado do Amazonas**. Revista Brasileira de Energia, v. 12, p. 1–8, 2006.

CEA. **Programa Luz para Todos**. Companhia de Eletricidade do Amapá.2014. Disponível em: 113. Acesso em: 17 de maio de 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Uma Nova Classe Trabalhadora**: Indagações. In: *Classes? Que classes?* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (p. 87).

COCA, Estevan. L.F. **Conflitos pela Terra e Reforma Agrária no Brasil**: Uma Análise por Período de governo desde a Redemocratização. FTC/Unesp. 2014.

FECOERGS — **Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia, e Desenvolvimento rural** do Rio Grande do Sul, 2019.

FILOCREÃO, Antônio S. M. **Formação socioeconômica do Estado do Amapá**. In: CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015. p. 97–172.

FOURNIER, A. C. P.; PENTEADO, C. L. C. **Eletrificação rural: desafios para universalização da energia**, 2008. 373–378.

FREITAS, G.; SILVEIRA, S. F. R. **Programa luz para todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico**, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. In: *Revista Economia e Sociedade*, n.01, ago. 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas S. A, 2010.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M.A. **luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. In: *Agrária*, São Paulo, n.º 8, p. 73–98, 2008.

GÓMEZ e SILVEIRA, **Programa Luz Para Todos e Políticas Públicas**, IV Encontro de Energia no Meio Rural, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros Na Era Dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GUSMÃO, Marcos Vinícius. Et al. **O programa de eletrificação rural Luz no Campo: resultados iniciais**. In: 4thn Encontro de Energia no Meio Rural, 2002.

INCRA — Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária — SIPRA**. Identificação de projetos de reforma agrária: tipo, distância, famílias e área. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Macapá-AP, 2015.^a.

INCRA — Instituto de Colonização e Reforma Agrária-SR21/AP. **Divisão de Obtenção de Terras: Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá (Mercado Regional de Terras Leste e Mercado Regional de Terras oeste)** — 2016.

JERONYMO, Alexandre Cosme José. **Caracterizando a Evolução da Eletrificação Rural Brasileira**. Redes — Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n.1, janeiro–abril, 2018. 146.

LEMOS, Chélen Fischer de. **O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990)** — Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007.

MATOS, Patrícia de Oliveira, **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II PND**. Piracicaba 2002. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, L. C. de. **Perspectivas para a eletrificação rural no novo cenário econômico-institucional do setor elétrico brasileiro**. 2001. Dissertação Mestrado em Planejamento Energético — COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

POCHMANN, Márcio. **Estrutura de Classe do Capitalismo Industrial em transição. In: Classes? Que classes?** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (p. 187).

PRADO JR., Caio. **O sentido da colonização. In: Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amapá — PPCDAP. **Plano estadual do Amapá. Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado e Secretaria de Estado do Meio Ambiente**, Macapá-AP, 2009.

REIS, Jr, Elival Martins dos. **Avaliação do Programa “Luz para Todos” no Estado do Amazonas sob o aspecto da Qualidade da Continuidade do Serviço de Energia Elétrica**. 2015. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

RIBEIRO, F. G; GIBRAN, S. T; SOARES, S. G. **Investimentos em infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico: o caso do programa luz para todos**. n. 49 | jul./dez. 2017.

RURAP— Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá. www.rurap.ap.gov.br.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós neoliberais no Brasil: Governos Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SANGALLIA. R; M.M; SCHLINDWEIN. **Desafios da agricultura familiar: Desafios e potencialidades de desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul**, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa — **Uma biografia** — 1 ed. — São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

SILVA, I. C.; FILOCREÃO, A. S. M. — **A Política de Assentamentos Rurais no estado do Amapá**. Artigo -Universidade Federal do Amapá. -AP, 2016.

SILVA, J.C. CUNIÃ: **Mito e Lugar**. Dissertação de Mestrado (Mime.org). São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira e, 1987-Si38 d. **O debate em torno da reforma agrária no Brasil**: uma análise da literatura pertinente e a busca de comparação das duas vias em execução / Patrícia Andrade de Oliveira Silva. — Campinas, SP: [s.n.], 2012.

TEIXEIRA, R. F. A. P.; BERTELLA, M. A.A. **importância do Programa “Luz para Todos” na redução das disparidades regionais brasileiras**. Revista Brasileira de Energia, Itajubá, v. 19, n. 2, p. 39–68, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Auditoria Interna — **Relatório de Auditoria de Natureza Operacional**. Sessão 28/05/2003. Ata 19/2003 — Brasília, DF.

VALADARES, A. A.; LIMA JUNIOR, A. T.; FERREIRA, B.; ALVES, Fábio. **O rural na PNAD 2008**. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Orgs.). Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 1. Brasília: IPEA, 2011. 283 p.

ZIMMERMANN BEATRICE, Aline — **Eletrificação Rural: Um Estudo Sobre o Programa Luz Para Todos**, 2016. 252f -Tese de Doutorado — Fundação Getúlio Vargas — São Paulo.

6. ANEXOS

ANEXOS 1 - Roteiro da Análise documental do Programa Luz para Todos – Texto adaptado da Dissertação de Mestrado de André Luiz Dias de Oliveira.

Serão analisados os documentos que poderão ser objeto de análise para levantar as informações sobre os principais fatores que condicionaram a implementação do Programa Luz para Todos na região amazônica e identificar e comparar os fatores que dificultaram o processo de implementação do Programa no Estado do Amapá.

Os documentos que serão analisados são:

- a) Termos de Compromisso firmados entre os atores envolvidos no processo de implementação do Programa;
- b) Processos administrativos que possuem como objeto de referência o Programa LPT, especialmente os de prorrogação do Programa e os que tratam da revisão do Manual de Operacionalização do Programa;
- c) Relatórios de Gestão do Ministério de Minas e Energia (MME), especificamente a parte referente à Secretaria de Energia Elétrica (SEE), a responsável pela coordenação do Programa LPT;
- d) Relatórios de Avaliação de Impacto do Programa nos Estados da região norte;
- e) Memórias de Reunião dos Comitês Gestores Estaduais (CGEs);
- f) Ofícios encaminhados pela Eletrobras e pelos agentes executores do Programa LPT;
- h) Ofícios encaminhados por outros atores que tratam sobre a implementação do Programa LPT;
- h) Memorandos encaminhados e recebidos pela SEE sobre o Programa LPT;
- i) Outros documentos oficiais que tratam sobre o Programa LPT;
- j) Relatórios da Controladoria do LPT;
- k) Relatórios da Ouvidoria do LPT;
- l) Outros Relatórios que tratam sobre o Programa LPT.

Após a identificação dos documentos que serão objeto de análise, as principais perguntas a serem realizadas pelo pesquisador para a análise documental são:

- i) Qual a natureza do documento?
- ii) Qual a origem do documento?
- iii) É um documento primário ou secundário?
- iv) Há informações sobre o processo de implementação do Programa LPT?

- v) As evidências são referentes a qual Estado?
- vi) Há justificativas para o não alcance das metas estabelecidas para a implementação do Programa LPT?
- vii) Caso sim, quais são as justificativas elencadas?
- viii) Há evidências de coordenação e cooperação entre os atores envolvidos no processo de implementação do Programa LPT?
- ix) Caso sim, quais são os aspectos relacionados à coordenação e cooperação entre os atores tratados?
- x) Há manifestações sobre as dificuldades de os agentes executores implementarem o Programa LPT?
- xi) Caso sim, quais são essas dificuldades encontradas pelos agentes executores?
- xii) Há manifestações sobre fatores que facilitaram o processo de implementação do Programa LPT?;
- xiii) Caso sim, quais são essas fatores?
- xiv) Há evidências de que houve dificuldades técnicas no processo de implementação do Programa LPT?;
- xv) Caso sim, quais foram essas dificuldades técnicas?
- xvi) Há evidências de que novos atores dificultaram ou facilitaram o processo de implementação do Programa LPT?
- xvii) Caso sim, quais foram esses atores? Eles dificultaram ou facilitaram? De que forma eles atuaram?
- xviii) Há evidências de que peculiaridades e características socioeconômicas locais dificultaram o processo de implementação do Programa LPT?
- xix) Caso sim, quais seriam essas características?
- xx) Há evidências de falta de comprometimento do agente implementador com o Programa LPT?;
- xxi) Há evidências de dificuldades que os agentes implementadores tiveram para a execução do Programa LPT;
- xxii) Caso sim, quais seriam essas dificuldades?

ANEXOS 2 - Questionário sobre os aspectos socioeconômico do assentamento Nova Vida – Tartarugalzinho-AP.

1ª Entrevistado: _____

<p>Nome: _____</p> <p>Município: ____Tartarugalzinho_____</p> <p>Comunidade: ____Assentamento Nova Vida_____</p>
<p>2ª Sexo: Masculino () Feminino () Idade: _____</p>
<p>3ª Qual o seu grau de escolaridade?</p> <p>() Ensino fundamental incompleto</p> <p>() Ensino fundamental completo</p> <p>() Ensino médio incompleto</p> <p>() Ensino médio completo</p> <p>() Ensino superior Incompleto</p> <p>() Ensino superior completo</p> <p>() Especialização</p> <p>() Pós Graduação</p>
<p>4ª Com relação à moradia, sua casa é de</p> <p>Alvenaria ()</p> <p>Madeira ()</p> <p>Própria ()</p> <p>Alugada ()</p> <p>() Outros: _____</p>
<p>5ª Números de pessoas que moram na casa? _____</p>
<p>6ª Quais os principais problemas do Assentamento?</p> <p>Péssimas condições da estradas Vicinais ()</p> <p>Transportes ()</p> <p>Água ()</p> <p>Comunicação ()</p> <p>() Outros: _____</p>
<p>7ª Possui escola no Assentamento? Sim () Não ()</p>
<p>8ª Quais os horários de funcionamento das aulas na escola?</p> <p>Manha ()</p> <p>Tarde ()</p> <p>Noite ()</p> <p>9ª Em caso de sim, no horário da noite, perguntar se antes da Eletrificação Rural através do Programa Luz para Todos, havia funcionamento noturno na escola?</p>

<p>Sim () Não ()</p>
<p>10ª Você é Beneficiário de programas sociais? Sim () Não ()</p>
<p>11ª Em caso positivo, Qual ?</p>
<p>12ª Possui posto de saúde no assentamento? Sim () Não ()</p>
<p>13ª Caso for negativo, como você tem assistência à saúde, de onde?</p>
<p>14ª Tem acesso a água de qualidade? Sim () Não ()</p>
<p>15ª Quanto ao transporte, qual você utiliza? Próprio () Ônibus () Caminhão () () Outros: _____</p>
<p>16ª Sobre as condições sanitárias e higiene, como é feito o descarte de Resíduos Sólidos?</p>
<p>17ª Possui fossa séptica? Sim () Não ()</p>
<p>18ª Quanto ao lazer, o que você faz nas horas livres?</p>
<p>19ª Com relação a renda, quais as atividades realizadas na propriedade?</p>
<p>20ª Quais os cultivos agrícolas mais utilizados?</p>
<p>21ª Quais as principais criações de animais existentes na propriedade?</p>
<p>22ª Qual a média da renda agrícola por ano?</p>
<p>23ª Qual a renda média da pecuária por ano?</p>
<p>24ª Recebe assistência técnica? Sim () Não () Se Sim, qual?</p>
<p>25ª Você participa de associação ou cooperativa? Sim () Não ()</p>
<p>26ª Possui energia elétrica? Sim () Não ()</p>
<p>27ª A quanto tempo possui energia elétrica?</p>
<p>28ª Qual a principal fonte de energia utilizada na sua residência antes da chegada da energia?</p>

29ª Há problemas de interrupção elétrica, em quanto tempo a equipe de manutenção chega ao local indicado?
30ª Como comunica a empresa à falta de energia?
31ª Como você considera o fornecimento de energia elétrica prestado pela concessionária a sua residência? <input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim
32ª Costuma haver cortes repentinos de energia elétrica em sua residência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> <i>Diariamente</i> <input type="checkbox"/> <i>Semanalmente</i> <input type="checkbox"/> <i>Mensalmente</i>
33ª Com a energia elétrica houve o desenvolvimento de novas atividades produtivas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
34ª Caso responda sim, qual ou quais? <input type="checkbox"/> Estudar no período noturno <input type="checkbox"/> Uso de eletrodomésticos <input type="checkbox"/> Irrigação <input type="checkbox"/> Conservação de produtos de origem agropecuário, pesca e/ou caça <input type="checkbox"/> Aumentar a área de cultivo ou a produção agropecuária <input type="checkbox"/> Diversificação da produção <input type="checkbox"/> Beneficiamento da produção <input type="checkbox"/> Mecanização Outro: _____
35ª O que a energia elétrica significou para o seu cotidiano, Para o seu bem estar? <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Segurança <input type="checkbox"/> Emprego <input type="checkbox"/> Iluminação Pública <input type="checkbox"/> Aumento da Renda Familiar <input type="checkbox"/> Outros: _____
36ª Quais eletrodomésticos possui?
37ª O que o Programa Luz para Todos, representou para você?

ANEXOS 3 - Levantamento de obras do Luz para Todos do Amapá por municípios – Obras – LPT - 1ª 2ª 3ª TRANCHE – 14 – 12 – 2015.

MUNICÍPIO DE AMAPÁ					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	REFORCO DE REDE - RAMAL DE ACESSO (AMAPÁ)	-	-	-	29.320,58
02	REFORCO DE REDE - RODOVIA BR 156 (CRUZEIRO - PIQUIÁ)	-	-	-	95.096,06
03	REFORCO DE REDE - RAMAL DA BASE AÉREA	-	-	-	629.936,31
04	REGIÃO DO POÇÃO (LAGO PROXIMO AO AMAPÁ)	12	60	14.258,87	171.106,45
05	RAMAL DO ASSENTAMENTO PIQUIÁ	10	50	10.209,10	102.091,00
06	RODOVIA BR 156 (AMAPÁ - CRUZEIRO)	2	10	16.339,27	32.678,54
07	REGIAO DO RIO AMAPAZINHO	4	20	1.211,77	24.235,33
08	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA RDR DO ASSENTAMENTO CRUZEIRO	30	150	13.672,56	410.176,80

09	RAMAL DOS MIRA	6	30	11.032,32	66.193,91
10	RAMAL DO BARAUNA	2	10	8.947,44	17.894,89
11	MRT CRUZEIRO	2	10	6.555,02	13.110,04
12	AMAPÁ (RASA - PONTE)	3	15	17.226,15	51.678,46
13	RAMAL DO BICUDINHO	36	180	17.067,61	614.433,86
14	RAMAL DA CAJUEIRA	8	40	8.984,99	71.879,90
15	JUNCAL	11	55	6.236,10	68.597,08

ANEXO 3.1 – Município do Amapá

MUNICÍPIO DE AMAPÁ					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
16	RIBEIRINHOS DO RIO AMAPÁ GRANDE	9	45	25.278,37	227.505,37
17	RAMAL DA PLUMA	6	30	17.925,28	107.551,69
18	REGIÃO DOS LAGOS (ESPIRITO SANTO, ACHUA, CELSO, PEDRA REDONDA, RAMUDO, VISTA ALEGRE, SANTO ANTÔNIO, TABOCAS,	105	525	10.531,66	1.105.824,72

	VULCÃO DO NORTE E QUEIMADAS)				
19	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO - AGRICULTORES	309	1.545	6.432,33	1.987.650,09
	TOTAL	555	2.775	10.499,03	5.826.961,08

ANEXOS 3.2 – Município de Calçoene

MUNICÍPIO DE CALÇOENE					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	ALIMENTADOR LOURENÇO	-	-	-	6.553.862,16
02	CONSUMIDORES AO LONGO DA BR 156 (DA ENTRADA DO CALÇOENE AO TREVO DO LOURENÇO)	22	110	12.881,59	283.394,97
03	SAÍDA DA SE/BR 156	10	50	4.332,70	43.326,97
04	ASSENTAMENTO LOURENÇO (AGRICULTORES DO TREVO DO LOURENÇO A VILA DO LOURENÇO E AGRICULTORES AO LONGO DA BR 156 TRECHO LAGO DO	202	1.010	5.626,79	1.136.611,83

	CACHACO A ENTRADA DA CIDADE DE CALCOENE)				
05	ILHA GRANDE/VILA SÃO SEBASTIÃO	12	60	2.415,32	28.983,89
06	VILA DO LOURENÇO	503	2.515	2.596,03	1.305.803,79
07	RAMAL DO ELIQUETE	13	65	8.290,03	107.770,38
08	RAMAL DO CASSIPORÉ	34	170	10.134,24	344.564,12
09	RAMAL DO LATAIA	27	135	7.546,51	203.755,73
10	RAMAL DO ARAGUARY	18	90	9.083,87	163.509,70
11	RAMAL DO PORTUGUÊS	6	30	7.442,38	44.654,29
12	RAMAL DO CACHOEIRINHA	15	75	7.384,73	110.770,89
MUNICÍPIO DE CALÇOENE					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
13	RODOVIA BR 156 (CONSUMIDORES DO TREVO DO LOURENÇO AO VILA CARNOT)	14	70	4.295,69	60.139,61
14	ASSENTEAMENTO VILA CARNOT	268	1340	1.187,63	318.284,00
15	CONSUMIDORES NO TRECHO VILA CARNOT/CASSIPORÉ (PONTE)	28	140	4.341,94	121.574,41

16	ASSENTAMENTO CARNOT	65	325	10.224,38	664.585,02
17	CONSUMIDORES NO TRECHO PONTE DO CASSIPORÉ AO PRIMEIRO DO CASSIPORÉ	5	25	3.246,71	16.233,53
18	RAMAL DO ASSENTAMENTO DO MUTUM E TERRA RACHADA	57	285	6.800,31	387.617,48
19	ASSENTAMENTO IRINEU	20	100	7.173,96	143.479,29
20	CALAFATE/VILA SÃO SEBASTIÃO	12	60	6.877,93	82.535,18
21	VILA SÃO SEBASTIÃO/TREVO DO LOURENÇO	21	105	26.008,58	546.180,14

MUNICÍPIO DE CALÇOENE					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
22	ASSENTAMENTO VILA VELHA DO CASSIPORÉ	40	200	8.299,97	331.998,89
23	REGIAO DO CUNANIN (ENTRADA DO CABO ORANGE A QUILOMBO - VILA DO CUNANIN)	72	360	19.444,44	1.157.755,10
	TOTAL	1.464	7.320	9.670,35	14.157.391,37

ANEXOS 3.4 – Município de Cutias do Araguari

MUNICÍPIO DE CUTIAS DO ARAGUARI					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	RIO GURUPORA - CONSUMIDORES PRÓXIMA A VILA DO GURUPORA	55	275	9.717,17	534.444,37
02	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO - AGRICULTORES	65	325	6.316,38	410.564,84
	TOTAL	120	600	7.875,08	945.009,21

ANEXOS 3.5 – Município de Ferreira Gomes

MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	REGIÃO DA MONTANHA, IGARAPÉ DO	51	255	8.979,77	457.968,03

	PALHA, RAMAL DO TRIUNFO, RAMAL DO TREM E RAMAL DO PAREDÃO				
02	TERRA PRETA E RAMAL DO TRAÍRA	27	135	10.082,87	272.237,51
03	ASSENTAMENTO FERREIRINHA	50	250	7.585,51	379.275,50
04	IGARAPÉ DO PALHA	15	75	14.218,39	213.275,79
05	RAMAL DO PINHO 01	1	5	12.940,01	12.940,01
06	AGROVILA DE SÃO TOMÉ DO ARAGUARI	16	80	4.795,28	76.724,50
07	RIO ARAGUARI E VILA DE TRACAJATUBA DO ARAGUARI	37	185	9.028,49	334.053,97
08	PAREDÃO	50	250	7.492,80	374.640,16
09	ASSENTAMENTO NOVA VIDA	106	530	9.886,69	1.047.988,98
10	ANDIROBA	20	100	11.485,61	229.712,11
11	ACAPUZAL	10	50	15.662,81	156.628,11
	TOTAL	383	1.915	9.283,15	3.555.444,67

ANEXOS 3.6 – Município de Itaúbal do Pírim

MUNICÍPIO DE ITAUBAL DO PIRIRIM			
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO	CUSTO ELETROBRÁS (R\$)

		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	VILA DO CARMO DO MACACOARI	186	930	3.442,37	640.280,22
02	ASSENTAMENTO ITAUBAL	36	180	16.139,70	581.029,29
	TOTAL	222	1110	5.501,39	1.221.309,51

ANEXOS 3.7 – Município de Laranjal do Jari

MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	REFORCO DE REDE - RODOVIA BR 156 - TRECHO SE TIRA COURO À VILA SOROROCA	-	-	-	5.387.716,57
02	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES (RAMAL DO PLACA FURADA, VILA ACAIZAL, VILA MARINHO, VILA AGUA BRANCA DO CAJARI, VILA MANGUEIRO, VILA DONA MARIA, VILA SANTAREM, VILA BOCA DO BRACO, VILA SÃO PEDRO DO CAJARI E VILA SANTA CLARA DO CAJARI, VILA	483	2.415	1.566,10	756.426,62

	SOROROCA E AGRICULTORES AO LONGO DA BR 156 TRECHO – SE A VILA SOROROCA)				
	TOTAL	483	2.415	12.720,79	6.144.143,19

ANEXOS 3.8 – Município de Macapá

MUNICÍPIO DE MACAPÁ					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	RAMAL DO AREIAL DO MATAPI E IGARAPÉ DAS ARMAS	35	175	11.124,04	389.341,55
02	RAMAL DOS MARANHENSES	33	165	9.728,42	321.037,75
03	RODOVIA BR 156 - KM 50 - SÃO FRANCISCO DO FLEXAL	35	175	8.041,09	281.438,30
04	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES (VILA ESCODERIJO DO ALTISSIMO, VILA DO VALDEMAR, ASSENTAMENTO PORTO DO CEU, ASSENTAMENTO PADRE JOSINO, CAMPINA GRANDE (VILA PROGRESSO E VILA BELA),	1.396	6.980	5.048,15	7.567.171,28

	QUILOMBOLAS DE SÃO PEDRO DOS BOIS, ROSA, ILHA REDONDA, CURRALINHO, RESSACA DA PEDREIRA, AMBE, AGRICULTORES DO KM 9, ARIRI E REGIAO DO KM 50 AO IGARAPE DO LAGO E RAMAL DO LOCOMOTIVA)				
	TOTAL	1.499	7.495	5.709,80	8.558.988,88

ANEXOS 3.9 – Município de Mazagão e Oiapoque

MUNICÍPIO DE MAZAGÃO					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	ASSENTAMENTO PIQUIAZAL E PIONEIRO	152	760	6.655,96	1.011.705,30
02	ASSENTAMENTO MARACÁ- VILA COMUNIDADE DO MARACA	347	1735	9.585,80	3.326.273,90
03	ASSENTAMENTO MARACÁ COMUNIDADE DO RIO PRETO	19	95	9.318,48	177.051,11
04	ASSENTAMENTO MARACÁ COMUNIDADES	91	455	8.218,43	747.877,54

	SÃO JOSE DO AJURUXI E SANTO ANDRE DO AJURUXI				
05	ASSENTAMENTO MARACÁ- REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES (REGIAO DO BARREIRO, RECREIO, VILA CONCEIÇÃO DO MARACÁ, MARI, CONSUMIDORES AO LONGO DA BR 156 – TRECHO SE RIO PRETO A ENTRADA DO SÃO JOÃO DO AJURUXI E PANCADA DO MARACA,	869	4915	10.180,60	8.846.940,27
	TOTAL	1.478	7.960	9.546,58	14.109.848,12
MUNICÍPIO DE OIAPOQUE					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	ALIMENTADOR ALDEIAS ÍNDIGENAS	-	-	-	4.151.965,35

02	VILA 1º DO ASSENTAMENTO CASSIPORE	57	285	2.772,50	158.032,51
03	ALDEIA TUKAY - BR 156	11	55	2.256,68	24.823,46
04	ALDEIA SAMAUMA - BR 156	14	70	1.940,51	27.167,13
05	ALDEIA IWAUKA - BR 156	18	90	1.597,68	28.758,24
06	ALDEIA ESTRELA - BR 156	24	120	1.781,49	42.755,71
07	ALDEIA ARUMÃ	12	60	2.108,04	25.296,50
08	Sr. VICENTE/ESTANCIA - BR 156 KM 63	6	30	5.103,02	30.618,12
09	ALDEIA CARIÁ	8	40	2.807,29	22.458,30
10	CONSUMIDORES AO LONGO DA BR 156 (TRECHO SE POVOS INDIGENAS A VILA 1º DO CASSIPORE)	22	110	5.210,05	114.621,01
11	ALDEIA CURUPI - BR 156	11	55	2.103,24	23.135,60
12	CONSUMIDORES NA BR 156 (PRÓXIMO A ALDEIA CURUPI)	7	35	7.967,84	55.774,85
13	ALDEIA PIQUIÁ - BR 156	15	75	1.659,91	24.898,72
14	CONSUMIDORES NA BR 156 - ANTES DA ALDEIA PIQUIÁ	16	80	5.245,69	83.931,06
15	CONSUMIDORES NA BR 156 - PROXIMO A ENTRADA DA ALDEIA DO MANGA	9	45	5.782,71	52.044,35
MUNICÍPIO DE OIAPOQUE					

Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
16	AGRICULTORES NA BR 156 DO KM 08 AO 30	28	140	14.610,26	409.087,28
17	ALDEIA JAPIM (MANGA)	15	75	9.125,95	136.889,22
18	ASSENTAMENTO -VILA VELHA DO CASSIPORÉ E ALDEIA KUMARUMÃ (RIO CASSIPORÉ)	258	1.290	6.787,80	1.751.253,06
19	ASSENTAMENTO IGARAPE GRANDE, ALDEIA GALIBI, ALDEIA ARIRAMBA E VILA TAPARABU	365	1.825	3.666,54	1.338.285,71
20	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES	47	235	29.797,40	1.400.477,81
	TOTAL	943	4715	10.500,82	9.902.273,99

ANEXOS 3.10 – Município de Pedra Branca do Amapari

MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	ASSENTAMENTO MUNGUBA	220	1100	5.728,83	1.260.343,33
02	LINHA RURAIS DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI	36	180	6.810,65	245.183,27
03	COMUNIDADE DE AGUA FRIA	126	630	4.865,54	613.058,51
04	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES	72	360	5.623,52	404.893,67
	TOTAL	454	2.270	5.558,32	2.523.478,78

ANEXOS 3.11 – Município de Porto Grande

MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	ASSENTAMENTO NOVA COLINA	76	380	7.891,78	599.775,46
02	ASSENTAMENTO NOVA CANAA	46	230	7.680,68	353.311,08
03	AGRICULTORES NA REGIAO ENTRE O MUNICIPIO DE PORTO GRANDE E FERREIRA GOMES	108	540	7.574,68	818.065,57
04	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES	171	855	11.204,33	1.915.939,82
	TOTAL	401	2005	9.194,74	3.687.091,93

ANEXOS 3.12 – Município de Pracuúba

MUNICÍPIO DE PRACUÚBA					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	SÃO MIGUEL DO FLEXAL	34	170	4.750,94	161.532,05
02	RAMAL DO ITAUBA (BR 156)	5	25	15.459,86	77.299,31
03	RAMAL DOS MAGAVES (PROXIMO AO ITAUBAL)	5	25	9.588,02	47.940,08
04	CONSUMIDORES NA BR 156 (CUJUBIM/FLEXAL)	8	40	5.357,93	16.073,80
05	RAMAL DO ARARA (BREU)	5	25	19.807,48	99.037,39
06	CONSUMIDORES NA BR 156 (BREU)	4	20	6.858,41	27.433,63
07	AÇAIZAL (DERIVIVAÇÃO DA MRT SÃO MIGUEL DO FLEXAL)	7	35	16.125,61	112.879,25
08	CONSUMIDORES PRÓXIMOS A VILA DO PRACUÚBA	2	10	20.559,59	41.119,18

ANEXOS 3.12.1 – Município de Pracuúba

MUNICÍPIO DE PRACUÚBA					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
09	PRODUTORES RURAIS (TEREZINHA, CABRAL E OUTROS)	9	45	10.890,23	98.012,07
10	PORTO FRANCO E TUCUNARÉ	13	65	4.799,59	62.394,62
11	RIO FLEXAL (PRACUÚBA - PERNAMBUCO)	14	70	10.162,12	142.269,75
12	RIO FLEXAL/MÃE GRANDE	5	25	18.258,24	91.291,21
13	RIO ITAUNA (FLEXAL)	6	30	14.901,56	89.409,37
14	REGIÃO DO CUJUBINZINHO (ENTRADA DO ITAUBAL DO AMAPA)	56	280	5.940,26	332.654,62
15	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES	136	680	6.157,19	837.377,58
	TOTAL	309	1545	7.238,59	2.236.723,91

ANEXOS 3.13 – Município de Santana

MUNICÍPIO DE SANTANA					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	QUILOMBOLAS DE IGARAPE DO LAGO	52	260	1.738,58	90.406,22
02	MASSARANDUBA 01	32	160	11.874,18	379.973,69
03	MASSARANDUBA 02	46	230	10.425,62	479.578,61
04	ASSENTAMENTO MONTE SINAI	47	235	8.500,21	399.509,75
05	RODOVIA BR 156 - MACAPÁ – JARY – TRECHO IGARAPE DO BISPO AO ASSENTAMENTO PANCADA DO CAMAÍPI	76	380	1.589,53	120.804,46
06	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES (ILHA DE SANTANA, VILA ANAUERAPUCU E RIO VILA NOVA)	378	1.890	4.368,91	1.651.447,16
07	ASSENTAMENTO PANCADADO CAMAÍPI - IGARAPE DO BISPO	21	105	15.843,18	332.706,86

	TOTAL	652	3.260	5.298,20	3.454.426,75
--	--------------	------------	--------------	-----------------	---------------------

ANEXOS 3.14 – Município de Serra do Navio

MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	RAMAL DA RAQUEL, COMUNIDADE DO CACHAÇO E PRODUTORES DE PIMENTA DO REINO	70	350	7.846,04	549.223,12
02	COMUNIDADE DE PERPETUO SOCORRO - ÀGUA BRANCA DO AMAPARI	16	80	8.142,35	130.277,60
03	ASSENTAMENTO SERRA DO NAVIO	22	110	8.554,56	188.200,40
04	IGARAPÉ DO XIVETE - RIO AMAPARI	2	10	5.314,61	10.629,23
05	COLÔNIA DE ÁGUA BRANCA (TRAV. PEDRO ACÁCIO)	35	175	1.515,28	53.034,83
06	COMUNIDADE DE PERPETUO SOCORRO	12	60	12.852,15	154.225,82
07	RAMAL SÃO JOSÉ	32	160	8.872,18	283.909,82

08	RAMAL DO FOFÃO	13	65	5.422,35	70.490,51
09	VILA CAPIVARA	20	100	7.850,88	157.017,62
10	VILA DE ÀGUA BRANCA DO AMAPARI	60	300	1.353,70	81.221,77
11	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES	403	2015	3.012,00	1.213.837,37
	TOTAL	685	3.425	4.222,00	2.892.068,09

ANEXOS 3.15 – Município de Tartarugalzinho

MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	CONSUMIDORES NA BR 156 (ENTRE ITAUBAL E TARTARUGALZINHO)	14	70	7.313,27	102.385,73
02	ASSENTAMENTO BOM JESUS - COMUNIDADE DO LIMÃO	24	120	18.495,57	443.893,59
03	RAMAL DO LIXÃO	9	45	16.513,33	148.619,95

04	ASSENTAMENTOS CEDRO E BOM JESUS	57	285	13.614,41	776.021,36
05	CONSUMIDORES PRÓXIMOS A SE TARTARUGALZINHO	6	30	6.452,16	38.712,96
06	CONSUMIDORES NA BR 156 (TRECHO TARTARUGALGRANDE AO ITAUBAL DO AMAPÁ)	90	450	13.096,89	1.178.720,10
07	REGIÃO DO APOREMA – COMPLEMENTAÇÃO E COMUNIDADE DE GUANABARA DO ARAGUARI	110	550	9.050,78	995.585,93
08	REGIÃO DOS LAGOS	32	160	13.394,88	428.636,20
MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
09	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES (AGRICULTORES ENTRE A	471	2355	5.138,95	2.420.446,43

	BR 156 E OS ASSENTAMENTOS BOM JESUS, JANARY I e II E CEDRO)				
	TOTAL	813	4065	8.035,70	6.533.022,25

ANEXOS 3.16 – Município de Vitória do Jari

MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI					
Nº	OBRA	Nº BENEFICIADO		CUSTO ELETROBRÁS (R\$)	
		CONSUMIDOR	POPULAÇÃO	POR CONSUMIDOR	TOTAL
01	COMUNIDADE DA LOURA	9	45	7.680,96	69.128,62
02	IGARAPE DAS PACAS	11	55	7.447,63	81.923,94
03	COMUNIDADE NOVA CONQUISTA I E II	176	880	6.797,95	1.196.438,80
04	COMUNIDADE DE JARILANDIA	122	610	13.392,92	1.633.936,67
05	COMUNIDADE ATERRO DO MURIACA E COMERCIO DO MURIACA	67	335	14.660,57	982.257,94
06	REGIAO NO ENTORNO DO MUNICÍPIO – AGRICULTORES	1.004	5.020	2.808,36	2.819.591,20
	TOTAL	1.389	6.945	4.883,57	6.783.277,17

